



**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Colegiado de Serviço Social**

(Des) Assistência Estudantil: implicações a permanência na educação superior

Lívia Santana Oliveira

Cachoeira-BA
2018

Lívia Santana Oliveira

(Des) Assistência Estudantil: implicações a permanência na educação superior

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no semestre 2017.2, enquanto pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. MS. Fabricio Fontes de Andrade.

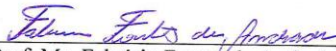
Cachoeira-BA
2018

LÍVIA SANTANA OLIVEIRA

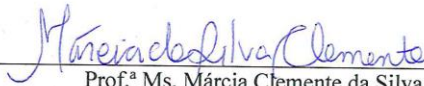
(DES) ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: IMPLICAÇÕES A PERMANÊNCIA NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

Cachoeira – BA, aprovada em 04/05/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade
(Orientador – UFRB)



Prof.ª Ms. Márcia Clemente da Silva
(Membro interno – UFRB)



Prof.ª Dra. Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro externo - UFBA)

A Deus.

Razão do meu viver. Certeza do seu amor.

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo
para todo propósito debaixo do céu:

(Eclesiastes 3.1)

AGRADECIMENTOS

A gratidão é ação de reconhecer um feito recebido. Agradeço inicialmente a Deus, por ter proporcionado esforço, coragem na trajetória da graduação. Os desafios eram diários mas sua forte mão sustentou-me oportunizando aprendizado, crescimento e maturidade.

À minha família, a melhor família do mundo, em especial a minha mãe, que de forma sabia me apoiou, se fazendo presente em todos os momentos e não deixando eu desistir, sempre em oração ao meu favor. Gratidão aos meus irmãos prova de tão grande amor e união. Ao meu pai tão calado, mas sempre presente. A minha vó Maria que incluí-me em suas orações diárias isso é amor.

Agradeço aos familiares, aos amigos e colegas de graduação. A todos que contribuíram direto e indiretamente no curso desta minha trajetória.

Aos docentes, cada um com sua subjetividade contribuíram e fundamentaram minha graduação. Ao professor e orientador Fabrício Fontes pelas contribuições na construção deste trabalho.

Enfim muito obrigada a todos que me apoiaram e contribuíram de alguma forma, para que este trabalho pudesse ser realizado.

Gratidão sempre!

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão acerca da Política de Assistência Estudantil e proteção social condicionada no contexto do neoliberalismo no Brasil. Busca identificar qual o lugar da assistência estudantil na proteção social e os limites da assistência estudantil sobre a hegemonia neoliberal. A pesquisa tem como referência a política de permanência no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, política voltada pra permanência no ensino superior como direito social e ampliação da cidadania. Dá ênfase ao processo de reforma ao ensino superior e a privatização das instituições de ensino superior pública. O estudo se aprofundou na compreensão do projeto neoliberal na proteção social, enfatizando a política de educação, percebe-se o sucateamento das universidades públicas tendo como justificativa a ampliação as vagas nas IES. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, realizando levantamento bibliográfico com o objetivo de nortear as ideias. Através da revisão bibliográfica foi realizada uma contextualização sobre a política de Assistência Estudantil na proteção social, conceitos acerca do neoliberalismo seu advento e as limitações a política como direito. Trouxemos também caracterizações da PNAES, explicando tal política elencados a PROPAAE e PPQ, enfatizando a evasão fenômeno presente nas universidades, seus conceitos, fatores e causas. O tema fora estudado a partir desses processos, motivando este estudo de forma contextualizada, e as implicações a permanência no ensino superior.

Palavras – chave: Assistência Estudantil. Evasão. Neoliberalismo. PPQ. PROPAAE.

ABSTRACT

This paper presents a discourse about the Student Assistance Policy and conditional social protection in the context of neoliberalism in Brazil. It seeks to identify the place of student assistance in social protection and the limits of student assistance on neoliberal hegemony. The research has as a reference the policy of permanence in the scope of the Federal University of the Recôncavo of Bahia - UFRB, a policy focused on permanence in higher education as a social right and expansion of citizenship. Emphasis is placed on the process of reforming higher education by strengthening the privatization of public higher education institutions. The study has deepened the understanding of the neoliberal project and its implications in social protection, emphasizing the education policy; the scrapping of the public universities is evident, having as justification the expansion of the vacancies in HEI. The research was carried out through a bibliographical and documentary review, carrying out a bibliographical survey with the objective of guiding the ideas. Through the bibliographic review was carried out a contextualization on the policy of student assistance in social protection, concepts about neoliberalism its advent and the limitations of politics as a right. We also brought characterizations of the PNAES, explaining such a policy listed in PROPAAE and PPQ, emphasizing the evasion phenomena present in universities, their concepts, factors and causes. The theme was studied from these processes, motivating this study in a contextualized way, and the implications of staying in higher education.

Key - words: Student Assistance. Evasion. Neoliberalism. PPQ. PROPAAE.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil	43
Quadro 02 - Quantidade de alunos que recebem os benefícios do PPQ por modalidade (2006-2015)	52

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Figura explicativa do Conceito da Política de Assistência Estudantil, segundo a Equipe da Divisão de Assistência ao Estudante/UFU	21
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 1990-2016	30
Tabela 02 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria administrativa – Brasil - 2006-2016	34
Tabela – 03 Indicadores analisados	39
Tabela - 04 Indicadores que demonstram tipos de evasão apresentados na Sinopse de Educação Superior 2016 – INEP	39
Tabela 05: Faixa etária	55
Tabela 06 - Período letivo de ingresso	57
Tabela 07 – Índices acadêmicos/ contemplados	57
Tabela 08 – Índices acadêmico/ não contemplados	58
Tabela 09 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ contemplados	59
Tabela 10 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ contemplados	60
Tabela 11 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ não contemplados	61
Tabela 12 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ não contemplados	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Oferta de cursos de graduação	22
Gráfico 02 – Distribuição por gênero/ contemplados	54
Gráfico 03 – Distribuição por gênero/ não contemplados	54
Gráfico 04 - Distribuição por cursos contemplados no PPQ 2016.1	55
Gráfico 05 - Distribuição por cursos não contemplados no PPQ 2016.1	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRUFBA - Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras
CF – Constituição Federal
COEST – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
COPAF - Coordenadoria de Políticas Afirmativas
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de estudo e Pesquisa
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil
PPQ – Programa de Permanência Qualificada
PROPAAE – Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU – Restaurante Universitário
SESu – Secretária de Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada
TCU – Tribunal de Contas da União
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. QUAL O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PROTEÇÃO SOCIAL, ONDE ENTRA?.....	17
2.1 <i>Limites da assistência estudantil sobre a hegemonia neoliberal</i>	19
2.2 <i>O que o neoliberalismo limita do sistema participante e quais as limitações impõem a assistência estudantil?</i>	24
2.3 <i>Apontamentos sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil</i>	31
3. EVASÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	33
3.1 <i>Evasão: conceitos e indicadores</i>	35
3.2 <i>Evasão: fatores e causas</i>	40
3.3 <i>PNAES como política de permanência</i>	42
4. (DES) ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	46
4.1 <i>Alguns apontamentos sobre a PROPAAE</i>	49
4.2 <i>Programa de ações a permanência na UFRB</i>	50
4.3 <i>Análise e interpretação dos resultados</i>	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO

As primeiras atividades voltadas para a educação no Brasil se deram, a partir de 1549, por iniciativa dos padres Jesuítas, que estavam incumbidos de catequizar os povos nativos. Com o passar do tempo o país estava subordinado ao capital mercantilista, apesar da instrução religiosa e do ensino da língua portuguesa, a educação, dividida em áreas do conhecimento, era direcionada aos filhos dos grandes fazendeiros sendo assim, nessa fase a educação era restrita direcionada para a elite, caracterizando-se excludente. Desta forma o modelo de ensino era direcionado apenas à educação básica, permanecendo assim até o início do século XIX, quando foram instaladas as primeiras instituições de Ensino Superior.

A chegada da Corte Portuguesa no Brasil, em 1808, favoreceu a implantação do ensino superior, sendo as instituições, inicialmente, chamadas de Escolas de ensino superior. Entretanto, a primeira universidade foi implantada na Bahia por nome Escola de Cirurgia, em 1920, foi criada no Rio de Janeiro uma universidade com diversos cursos, já dotada de caráter elitista. Ao final do Século XIX já existiam 24 instituições de ensino superior. É nesse momento que a iniciativa privada surge devido à possibilidade legal proporcionada pela Constituição da República (1891). A iniciativa para as instituições privadas veio das elites e confessionais católicas.

Contudo, a publicação da constituição Federal de 1934, a universalidade ao acesso à política de educação no Brasil passou a ser assegurado de forma legal, sendo reassegurada com a constituição de 1988, conforme dispõe na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que a educação é dever do Estado. Contudo, essas premissas não se objetivaram em sua totalidade, pois ao longo da história, o Estado acaba não dando conta da progressiva demanda do ensino superior, tributando para a continuação do caráter excludente que percorreu toda a história do ensino superior no Brasil.

Além do mais, como sobrecarga, as conquistas dos direitos sociais no Brasil após CF/88, confluíram com o projeto neoliberal, o que ocasionou no enfraquecimento do Estado contribuindo para que os direitos conquistados socialmente, como o direito a educação pública e gratuita acabassem por serem efetivados como ações, compensadoras.

Entretanto, num período histórico mais recente (2003-2016), pode-se observar que grandes projetos têm sido realizados a fim de garantir maior alcance da política de educação com o propósito de alcançar as classes menos favorecidas. Para tanto, medidas legais foram criadas para impulsionar o acesso ao ensino superior, dentre as quais destaque-se: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) e o Universidade para Todos (ProUni).

Com o propósito de aumentar as possibilidades de permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sobretudo aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir da Portaria Normativa Nº 39 de 19 de julho de 2010, executado no âmbito do Ministério da Educação (MEC), tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior federal (BRASIL, 2010).

Logo o fator permanência é um assunto de grande relevância a ser tratado, pois a trajetória de um discente na universidade é marcada por muitas dificuldades que podem o levar a abandonar o curso escolhido para sua carreira profissional. A política de Assistência Estudantil no ensino superior deve ser contemplativa e ampliada e não pode apenas se restringir às necessidades básicas como alimentação, moradia e transporte, portanto, necessita de uma ampliação para que alcance os estudantes, principalmente os de baixa renda, dando-os atenção à saúde, tanto física como mental, inclusão social, lazer, esporte, cultura, ensino de línguas estrangeiras possibilitando uma melhor formação.

A assistência estudantil é indispensável, pois diante de um cenário de expansão das universidades públicas federais, muitos jovens de baixa renda necessitam permanecer, entretanto, as políticas idealizadas para a expansão do ensino superior trazem avanços e também contestações, uma vez que essas políticas não garantem necessariamente que os discentes consigam permanecer na universidade e, assim concluir a graduação.

Contudo, a assistência estudantil tornou-se imprescindível no ensino superior, uma vez que o fenômeno chamado evasão que envolve questões pedagógicas, sociais, econômicas, políticas, administrativas e psicológicas. Tem sido um problema enfrentado pelas Instituições de Ensino Superior. Embora várias ações sejam tomadas a fim de combater tal fenômeno, por outro lado, vários obstáculos impedem a concretização da graduação. Nota-se então um descomedimento entre acesso e permanência e conseqüentemente altos índices de evasão nas Instituições de Ensino Superior.

Entretanto, as construções adotadas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e pela Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), traduzem-se no Programa de Permanência Qualificada (PPQ), que tem como objetivo democratizar o ingresso e permanência estudantil no ensino superior.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), trata da reflexão acerca da importância da Política de Assistência Estudantil, como direito, para efetivação de permanência no Ensino Superior. Na Universidade supracitada, existe o PPQ através da PROPAAE, com o intuito de oferecer permanência qualificada, oportunizando alunos oriundos de escolas públicas

e de classes desfavorecidas, não só o ensejo de ingresso na universidade, mas também a conclusão do curso bem como a diplomação para ingressar no mercado de trabalho, uma vez que em quase toda a história da educação no Brasil, o acesso às universidades era permitido apenas para as elites. Desta maneira, o objetivo do trabalho é analisar os possíveis impactos da desassistência e suas implicações à permanência dos estudantes no Centro de Artes, humanidades e Letras (CAHL/UFRB).

O presente trabalho teve como objetivo investigar como a (des) assistência estudantil implica na permanência dos estudantes no ensino superior; buscou-se ainda: 1) analisar o desempenho dos estudantes CAHL/UFRB contemplados e não contemplados no Programa de Permanência Qualificada (PPQ 2016.1); 2) identificar o estudante que embora se enquadre no perfil não foi selecionado por falta de vagas; 3) discutir possíveis determinantes da evasão, baixo desempenho e possível adiamento na conclusão na graduação. Neste panorama esta pesquisa verifica a hipótese de que se a falta de assistência estudantil pode ser uma variável na delimitação de causas de evasão na UFRB.

Por conta da subjetividade do tema abordado, esta pesquisa é predominantemente qualitativa, todavia, também é subsidiada por análises de caráter quantitativas.

(...) idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam à sua questão de pesquisa. Do ponto de vista prático existem razões de ordens diversas que podem induzir um pesquisador a escolher uma abordagem, ou outra (GUNTHER, 2006, p.207).

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida a partir de revisões bibliográficas através de leituras de livros, artigos, teses e monografias. E também documental acerca do tema envolvendo a observação institucional durante estágio obrigatório supervisionado. Entretanto, buscou-se pesquisar e quantificar dados para comparar o desempenho dos discentes participantes da seleção do PPQ 2016.1.

A pesquisa bibliográfica foi usada para descrever acerca da temática, afim de contextualizar o objeto e embasar análise. A observação institucional da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis levou-me a compreender o trabalho desenvolvido pela PROPAAE. A pesquisa documental foi a técnica usada para a investigação, observação e análise, onde foi feita a coleta de dados, junto a Coordenadoria de Assuntos Estudantis, levantando informações referentes aos discentes contemplados e não contemplados no processo seletivo do PPQ 2016.1, sendo garantido o sigilo das informações aos nomes e informações pessoais dos discentes participantes.

Entretanto, no primeiro capítulo intitulado “Qual o lugar da assistência estudantil na proteção social, onde entra?” Foi realizada uma síntese acerca da política de assistência estudantil na proteção social. Para fundamentar a temática traremos através do levantamento bibliográfico, conceitos acerca do neoliberalismo e proteção social como proposta a compreensão da política social no advento neoliberal e as limitações a assistência estudantil através da sua hegemonia. Em continuação faremos alguns apontamentos sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sua representação histórica e luta.

O segundo capítulo, “Evasão no ensino superior e assistência estudantil” dá continuidade a síntese do processo histórico da assistência estudantil, porém enfatiza a expansão da educação superior no Brasil e as consequências da evasão de discentes neste nível de ensino. Dividido em três itens, sendo que no primeiro discute-se os conceitos e indicadores de evasão; o segundo discorre sobre os fatores e causas do fenômeno evasão e; o terceiro versa sobre o PNAES como política para permanência.

O terceiro capítulo, “(Des) Assistência Estudantil” discorre com um breve resumo acerca da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, dividido em três itens: o primeiro item versa sobre a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), trazendo sua caracterização e apontamentos acerca da sua criação e ações; o segundo item esboça acerca do Programa de Permanência Qualificada na UFRB; já no último item será apresentado a análise dos dados atribuídos aos históricos escolares dos discentes participantes do processo seletivo PPQ 2016.1, afim de verificar a hipótese se a falta de assistência estudantil pode ser uma variável na delimitação de causas de evasão na UFRB.

A partir destas reflexões e tendo a política de Assistência Estudantil no campo do direito social, analisou-se a assistência estudantil no âmbito da UFRB, a fim de demonstrar que a política na Instituição tem se fortalecido como política social de permanência no ensino superior, consolidando a permanência da comunidade acadêmica.

2. QUAL O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PROTEÇÃO SOCIAL, ONDE ENTRA?

O presente capítulo traz uma exposição sobre o aspecto e definição da proteção social, com ênfase na assistência estudantil no propósito de definir de forma abrangente de tal conceito. Neste sentido, para realizar tal definição, considero ser necessário um resgate do conceito político e social no qual a proteção social foi introduzida.

Não se tem uma data precisa do período exato do surgimento das primeiras atividades nas políticas sociais, mas podemos dizer que a sua iniciativa se deu com a origem da sociedade burguesa no modo de produção capitalista. Nesse período a população despertou e tomou conhecimento da exploração que sofria com o capitalismo e passou a lutar pelas suas necessidades através de manifestações sociais. Os trabalhadores buscaram sua independência humana a fim da socialização de riqueza e garantiram algumas conquistas importantes no espaço dos direitos políticos como: o direito ao voto universal para homens, mulheres e analfabetos, organização e formação de sindicatos e partidos, liberdade de expressão e ampliação dos direitos sociais. Dessa forma, houve grandes contribuições para tal iniciativa. Sendo assim Behring e Boschetti (2008, p. 64) afirmam que:

A generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (BEHRING e BOSCHETTI 2008, p. 64).

As políticas sociais operacionalizadas pelo Estado configuram o que se denominou de modernos sistemas de proteção social, que assumem características diferenciadas em cada contexto em que são estruturados. Lavinias (2006, p. 5), tem uma explicação abrangente do que é um sistema de proteção social:

(...) o sistema de proteção social é formado por um conjunto diverso de políticas ou intervenções, diretas e indiretas, cujo objetivo é reduzir riscos e vulnerabilidades, com base em direitos, garantindo seguranças. Ele se efetiva mediante transferências sociais (em renda monetária ou serviços) dirigidas aos indivíduos e às famílias (LAVINAS 2006, p. 5).

Não obstante, entende-se que a proteção social se operacionaliza via políticas sociais, que no contexto brasileiro se diferencia das características assumidas na Europa, uma vez que é controverso afirmar a existência de um Estado de Bem Estar social¹ no Brasil. De acordo com

¹ *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social “[...] designa as políticas desenvolvidas em resposta ao processo de modernização das sociedades ocidentais, constituindo em intervenções políticas no funcionamento da economia

Pereira (2009 p. 23) “política social e Welfare State não seriam a mesma coisa, surgidos nos fins do século XIX, em resposta a conflitos sociais adensados pelos avanços da industrialização e por uma progressiva conquista popular de direitos”. A autora assevera a existência de políticas sociais sem a conseqüente configuração de um estado de bem estar social como é o caso do Brasil.

Desse modo, o desenvolvimento dos sistemas de proteção social se dão a partir da configuração dos direitos de cidadania, que são garantidos como conquistas a cidadãos de um determinado contexto. Assim, Para Coutinho (1999) a cidadania não é algo dado aos indivíduos para sempre, mais sim uma conquista através de muita luta.

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1999, p. 42).

Para o referido autor, o processo de cidadania é fundamental para a concretização dos direitos, mesmo que tais direitos estejam presentes na Constituição por meio legal, tal diploma lei não garante os mesmos. Mais é de grande importância o reconhecimento legal, pois facilita a luta para efetivamente torná-los um dever do Estado.

A trajetória da Assistência Estudantil no Brasil, enquanto política afiançadora de direitos, está ligada ao percurso da política de Assistência Social, pois, se deu a partir dos movimentos sociais e das lutas pelo fim do regime militar e de processo de publicação de uma nova CF (VASCONCELOS 2010). Com a Constituição Federal de 1988, houve conquistas importantes no campo dos direitos sociais, mas logo após sua publicação cresce no Brasil o advento do neoliberalismo que comprometeu conquistas importantes trazendo retrocesso. Dessa forma, visualiza-se que a assistência estudantil, no Brasil, sempre esteve ligada às questões políticas e econômicas que atravessavam a situação no país o qual implica seus rumos na história.

Nesse contexto, em conformidade com a política de educação, Chauí (2001) traz a discussão que a universidade pública nos anos 1990, num período dos adaptes neoliberais, é voltada diretamente para a atividade profissional:

“Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, esta pulverizada em micrororganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual” (p.190).

e na distribuição social de oportunidades de vida que procuram promover a seguridade e a igualdade entre cidadãos, com objetivo de fomentar integração social das sociedades industriais altamente mobilizadas” (FLEURY & OUVREY, 2008, p. 29-30).

De início, vale ressaltar a importância das políticas públicas da educação, pois o nível de ensino superior enfrentou mudanças sociais com o passar dos anos, a exemplo do aumento da oferta de vagas no ingresso às universidades brasileiras fazendo-se necessário ampliar as políticas de acesso de grande relevância para a questão permanência dos estudantes nas instituições de ensino, aumentando a importância do debate, já que se busca, um ensino superior alcançável à maior parcela da população vulnerável.

Neste sentido, o ensino superior necessita de políticas vastas e democráticas, com o intuito de ampliar o acesso ao ensino público superior. Sendo assim a política de assistência estudantil vem, ao longo dos anos, com o propósito de garantir a permanência ao estudante no ensino superior.

Assim, pensada enquanto política social de permanência, a Assistência Estudantil é essencial para a viabilização do direito à educação superior, sendo um componente da proteção social e que será o foco do presente trabalho.

Doravante será delineado a trajetória da assistência estudantil, seu percurso e limites e a influência do neoliberalismo.

2.1 Limites da assistência estudantil sobre a hegemonia neoliberal

Neste item busca abordar de maneira substanciada o percurso da assistência estudantil, seu conceito, suas perspectivas e seus limites. Neste mesmo espaço traz um resumo sobre a hegemonia neoliberal, interesses, valores e concepções e seus elementos que limitam a política de permanência na educação superior.

A Assistência Estudantil inserida no campo das políticas públicas se vê submetida pela conjuntura econômica e política do país, o qual inspira os rumos da sua trajetória.

Portanto, a proteção social brasileira ganha importância na década de 1980, momento de grande movimentação social no país. No final da citada década, o Brasil instaura um novo modelo de proteção social incluindo as políticas de previdência, saúde e assistência social.

Essa ampliação é inserida no âmbito do direito social com a publicação da Constituição Federal de 1988. Com a ampliação a proteção passou a ser vista como direito social e o Estado passou a se responsabilizar como o provedor da proteção social.

Partindo de um entendimento ampliado de proteção social, compreende-se que esta ocupa na política social, um espaço fundamental e, dentro do sistema de proteção social, a assistência estudantil na realidade atual, é condição sem a qual não se ampliam as oportunidades e o acesso a políticas de educação, pois estas são expressões do Estado numa tentativa de dar respostas ao crescente nível de pobreza e ao crescimento do número de estudantes vulneráveis que adentram a universidade pública.

Os limites da assistência estudantil, desde sua definição e delimitação do público alvo, dentro de uma conjuntura de advento do neoliberalismo, são consideráveis. A ênfase dada pelo pensamento neoliberal às políticas de proteção social na particularidade do campo dos direitos sociais, reitera a permanência na educação superior a um perfil de invisibilidade, uma vez que não é entendida como uma real necessidade para estudantes menos abastados que a ela recorrem.

Na atualidade, é perceptível as transformações que a política social experimentou em todas as suas formas de proteção social. Anteriormente a assistência aos necessitados se dava de maneira agressiva, tirana, de forma paternalista e caridosa, no entanto, sem interesse algum do Estado em inclui-la na perspectiva do direito.

A assistência estudantil era vista como um favor, ajuda aos que dela precisavam, porém, ao longo dos anos ela foi evoluindo tornando-se um direito social com base legal, ampliação de cidadania, sendo caracterizada como dever do Estado.

O conceito de Assistência Estudantil segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE,2012)² é guiado pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

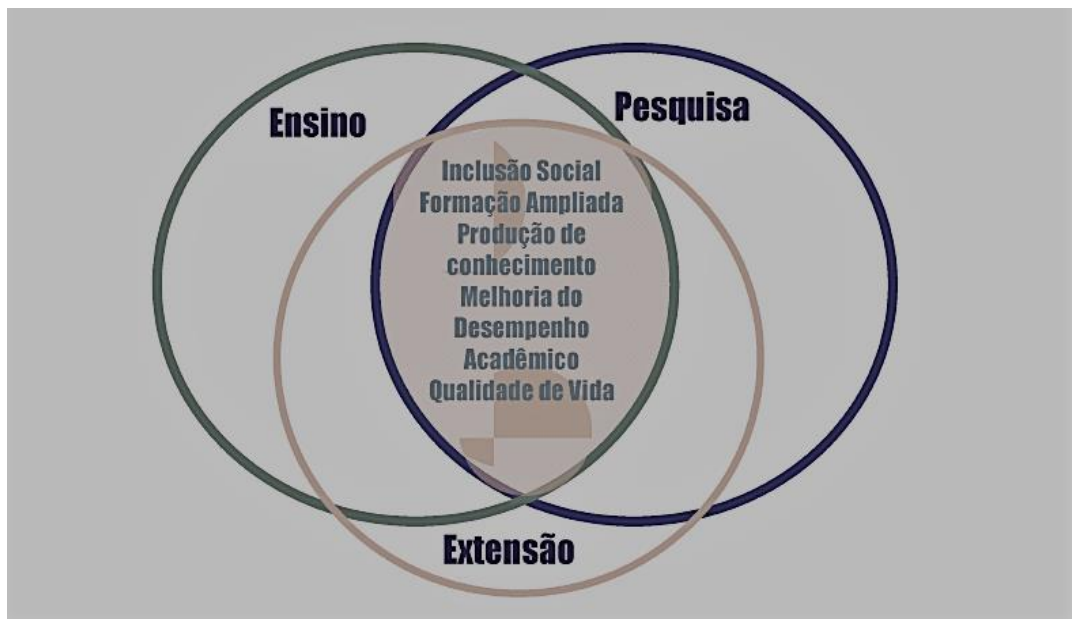
É um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Entende-se como assistência ao estudante, a possibilidade de proteção social por meio de subvenção, apoio, serviços, admoestações associada ao ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita ao estudante a inclusão social e a participação nas atividades acadêmicas e com isso a igualdade aos demais estudantes; atendendo também as necessidades básicas como alimentação, moradia e transporte, com base legal que se dá através de uma legislação destinada para a política social referida.

Assistência Estudantil: política essencial na articulação entre ensino, pesquisa e extensão conforme ilustrado na figura 1:

² O FONAPRACE chegou aos 25 anos como um coletivo que congrega representantes das 59 IFES com a participação das cinco regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que brilhantemente articulam as universidades federais em um país de dimensões continentais.

FIGURA 1: Figura explicativa do Conceito da Política de Assistência Estudantil, segundo a Equipe da Divisão de Assistência ao estudante/UFU



Fonte: FONAPRACE,2011

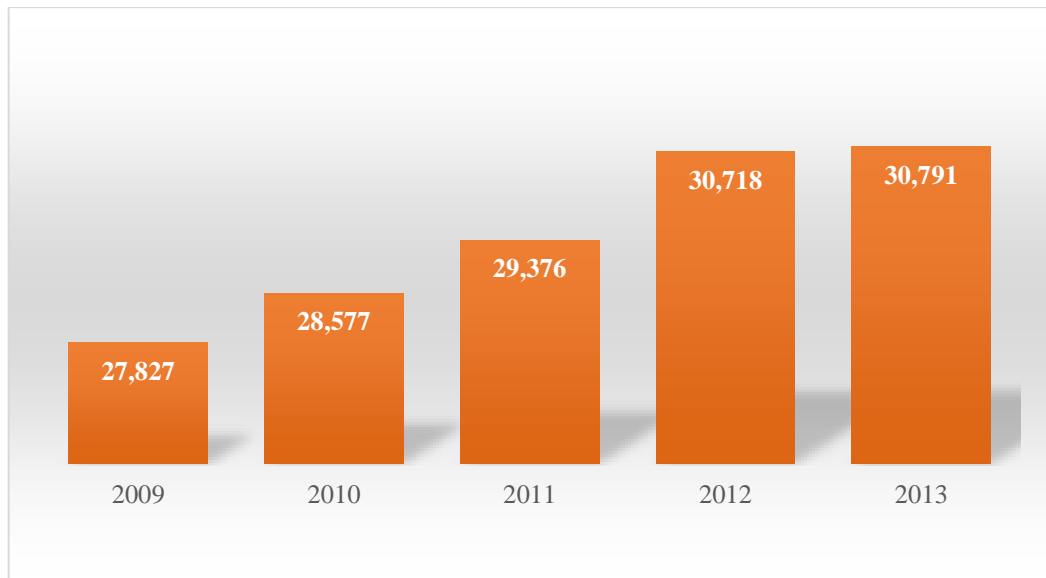
A política de assistência Estudantil no ensino superior deve ser básica e ampliada não restringindo-se apenas as necessidades básicas como alimentação moradia e transporte. Necessita de uma ampliação para que alcance os estudantes principalmente, os de baixa renda para atenção à saúde tanto física como mental, inclusão social, lazer, esporte, cultura, ensino de línguas estrangeiras possibilitando assim uma melhor formação.

Na década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), seguido do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), executaram várias reformas e reacertos na estrutura do Estado, em áreas específicas da Política Social. Tais mudanças acarretaram, entretanto, na reorganização da educação, para melhor atender o setor econômico, no sentido da manutenção e aprofundamento da mercantilização do ensino superior. Essa nova proposta de reforma ao Ensino Superior vem fortalecendo a ideia de privatização das instituições de ensino público, endossando o crescimento das instituições de ensino superior privado, apesar do impulso de ampliação de vagas em universidades federais intensificada no segundo governo de Lula.

A confirmação do crescimento de vagas do ensino superior durante o governo Lula pode ser observadas que durante o período 2009 a 2013, pois a oferta de cursos de graduação progrediu de 27,827 opções para 30,791, o que representou um crescimento de 9,63%. Partindo de uma análise anual do crescimento dessas vagas observou-se que de 2009 a 2010 o crescimento foi de 2,63%; de 2010 para 2011 foi de 2,72%; de 2011 a 2012 de 4,37%; de 2012

para 2013 de 0,24%. O que representa uma média de crescimento anual de 2,49%. Entretanto o número de crescimento de cursos no setor privado também foi significativo, alcançando o índice de 5,46%. No que diz respeito ao setor público abrangendo as instituições de ensino superior houve um crescimento de 20,48%, ressaltando parte significativa dessas vagas de curso foram destinadas no período noturno.

GRÁFICO 01 – Oferta de cursos de graduação



Fonte: Inep/Mec, 2017

Percebe-se, de forma sutil, o sucateamento das universidades públicas com a justificativa de democratização do acesso às vagas para o ensino superior. Entretanto, é perceptível a operacionalização para que as instituições de ensino superior se tornem mercadológicas executando o modelo da política neoliberal.

Nota-se, a escassez de recursos financeiros investidos na educação superior pública, enquanto as vagas em faculdades privadas aumentam, transferindo a responsabilidade do aumento do número de matrículas para o setor privado, que se aproveita de programas como ProUni e Fies para expandir-se. Neste contexto, fica evidenciada a grande hegemonia neoliberal.

O Neoliberalismo surge na Europa Ocidental e América do Norte após a II Guerra Mundial. No início do século XX veio se desenvolvendo, tomando como fundamento o resgate dos princípios do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX, isto é, o liberalismo sustenta o “princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado” (BEHRING E BOSCHETTI 2008, p. 56).

É importante ressaltar que o Neoliberalismo, é uma continuidade dos padrões antigos de dominação de classes populares, que se inova com diversos elementos. Embora implementado em toda parte do planeta chegou de forma tardia no Brasil.

O período pós-1970 ou pós guerra, marca o progresso de ideais neoliberais, desde então ganha força o capitalismo, que se ver abalado por uma crise 1969-1973, com isso foi uma porta aberta para que os argumentos neoliberais avançassem.

É importante ratificar que o Neoliberalismo é uma política classista, um projeto de hegemonia da burguesia, ele não nasce por acaso ou surge naturalmente. No Chile no Regime de Pinochet é um exemplo onde o neoliberalismo foi implantado de forma ríspida uma verdadeira ditadura vivida pela população chilena com o apoio da burguesia e dos Estados Unidos nos anos 1970. Nem sempre ele chega de forma dominadora no demais países, necessita de aceitação, consentimento pela maior parte da população, no entanto não favorece a população, trabalhadores, e sim ao capital limitando os investimentos para as políticas sociais fragilizando os direitos.

O Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favoráveis em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente.... Em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental (HARVEY, 2005, p. 81).

A década de 70 foi marcada pela recessão, baixo crescimento e alta inflação. É nesse contexto que o neoliberalismo começa a se expandir em vários países com muita força. Por isso é importante ressaltar que a adoção deste arquétipo econômico, nos países desenvolvidos, foi com a intenção de vencer a crise do sistema capitalista.

Segundo Behring e Boschetti:

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta e de mão-de-obra e redução dos gastos com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, p. 127, 2008).

Diante do exposto sobre a assistência estudantil e a hegemonia do Neoliberalismo, que por ser uma política classista, limita a política social interferindo nos direitos conquistados pela classe trabalhadora, no próximo ponto traz um pouco sobre o Neoliberalismo no Brasil, seu sistema e suas interferências.

2.2 O que o neoliberalismo limita do sistema participante e quais as limitações impõem a assistência estudantil?

Para uma melhor compreensão de política social no advento neoliberal, se faz necessária a definição de política social e neoliberalismo, a fim de que os significados aqui apontados, tragam um melhor entendimento do que estão sendo apresentados.

As políticas sociais são uma forma de política pública. Entende-se por políticas públicas, as ações do estado nos campos econômico, social, nas relações internacionais, ou seja em todas as dimensões que o estado intervém. Portanto, nessa representação a política social, compreende-se como conjunto de ações do Estado para atender as necessidades essenciais demandadas pela classe trabalhadora (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014).

A política social como um componente ou produto, que é, da velha e conflituosa relação entre Estado e sociedade, no marco das formações sociais de classe (não importam a natureza e a idade que tenham), vai sempre lidar com interesses opostos, já que ela resulta da pressão simultânea de sujeitos distintos. (PEREIRA, 2008, p.28).

Em meio ao sistema capitalista e com a entrada neoliberal percebe-se nas políticas sociais um cunho divergente da realidade brasileira, pois, a classe trabalhadora traz em suas lutas muitas conquistas num cenário de reconhecimento de suas necessidades do capital e legitima os interesses da classe dominante.

Portanto, para discutir política social é preciso falar do contexto neoliberal já que as políticas sociais nascem no capitalismo de aspirações neoliberal.

Neste contexto, as políticas sociais passam a atuar como forma de contenção social e cooptação da sociedade em torno da proposta e dos interesses capitalistas, na busca do reconhecimento e aceitação da retórica de que o crescimento econômico levaria automaticamente ao desenvolvimento social. As políticas sociais não assumem caráter redistributivo, mas sim, um caráter compensatório das desigualdades econômicas e sociais, originadas de um modo de produção extremamente desigual e competitivo, motor propulsor e perpetuador da desigualdade social (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014, p.7).

Conforme explica Blackburn (1999, p. 144), o neoliberalismo deve ser compreendido “como uma filosofia econômica com a pretensão de restabelecer níveis de lucratividade que permitam criar condições orientadas a uma explosão global de desenvolvimento”. Assim, o Neoliberalismo ainda traz a ideologia do liberalismo de forma pertinente, a qual prega a liberdade de mercados, individuais e auto-regulação dos mercados, o propósito é que não haja interferência do Estado na economia. Com isso, o ideário defende o recuo do estado em participar diretamente do campo social.

É possível perceber o quão fortalecido é o sistema capitalista na sociedade brasileira. A ideologia neoliberal de alguma forma esta incutida no Brasil como um valor estabelecido. A

mídia é responsável pela divulgação de forma ampla, incentivando a abertura de mercados e sua auto-regulação, tirando a responsabilidade do Estado, sendo ele o órgão que deve intervir na economia. Outro aspecto da mídia é como ela propaga de forma positiva as reformas das políticas sociais, estando totalmente à mercê da classe dominante, caminhando para extinção das políticas sociais.

A política neoliberal passou a ser implementada no Brasil de forma tardia. Iniciada em 1990 no governo de Fernando Collor de Mello, mas sua consolidação acontece no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Tal implementação, trouxe consigo, a constituição de um governo ainda mais rígido e às propostas adentraram o país com o objetivo de submeter o Estado brasileiro as suas medidas e ideologia, onde há clara convergência para benefício do capital.

Após o neoliberalismo ter o seu poder hegemônico consolidado nos países imperialistas e em países pertencentes à América Latina como o Chile, anos depois passou a ser executado no Brasil. Como falado no tópico anterior o Neoliberalismo para Prestes (2014) é o padrão de dominação externa nos países capitalistas, como o Brasil que traz diversos novos elementos para maior dominação da massa em todos os segmentos seja econômico, político ou cultural.

Os anos de 1990, houve notícias na mídia falada e escrita e no meio político e intelectual no Brasil, uma pesada campanha em torno das reformas, que já vinha desde o governo Collor, mas foi na era de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que todo o processo de reajustes nas políticas sociais ganha legitimidade.

O Brasil vivenciava uma crise econômica social no início dos anos 1980. As reformas em torno das políticas sociais tinham como principal ênfase as privatizações e a reforma previdenciária, passando por cima das conquistas de 1988 amparadas pela Constituição Federal.

A lógica do neoliberalismo é priorizar os lucros, e com a crise que o Brasil enfrentava, a saída foi diminuir os custos, sendo assim mexe-se nas políticas sociais, reduzindo os investimentos financeiros destinados para tal e convertendo para pagamento da dívida do Estado, seguindo orientações do Consenso de Washington³ dando início a um amplo processo de privatização.

A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação,

³ Este encontro, conhecido como Consenso de Washington, tratou-se de uma reunião sem caráter deliberativo realizada ano de 1989 entre acadêmicos e políticos dos Estados Unidos e dos próprios países latino-americanos para buscar soluções que findassem com a estagnação por mais de duas décadas nesta região. Ao cabo do evento, conformou-se um documento composto por dez recomendações sobre as quais havia generalizado consenso: um *pacote* de reformas econômica para a América Latina (SANTOS, 2016 p.37)

a favor do grande capital financeiro em nome de honrar os compromissos morais do Estado com dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2015, p.144)

Na década de 1980 foi o período de fim da ditadura militar e o Brasil, se colocou na contra mão da agenda neoliberal. Foi um período em que alguns partidos políticos e movimentos sócias se destacaram, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), momento delicado e de tensão, resultando no processo constituinte⁴ para a construção da Constituição Cidadã de 1988.

Essa época foi marcada por grandes acontecimentos no Brasil: lutas de classe, a crise da dívida⁵ externa, muitas greves no país, uma forte organização sindical, com isso, surgiu uma real probabilidade do Partido dos trabalhadores de ganhar as eleições presidenciais de 1989, no entanto a burguesia reagiram e partiram para a reestruturação produtiva, como explica (CASTELO, 2012, p.49).

Entrementes com o desenvolvimento de reestruturação produtiva, a partir dos anos de 1990 com a eleição de Collor de Melo, ocorre uma segunda investida da classe dominante, com a implementação do Neoliberalismo na superestrutura.

Vemos, portanto, o fenômeno como uma unidade inseparavelmente econômica, política e ideológica, podemos notar que as iniciativas no âmbito da chamada reestruturação produtiva foram simultaneamente acompanhadas de ações que alteram a forma de gestão pública e sua relação com a sociedade, assim como impõem um novo padrão de comportamento do Estado diante da luta de classes (IASI, 2012, p. 52).

A mudança neoliberal, se intensifica de fato com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde acontece muitas alianças, e que leva o país a entrar nua nova dinâmica de divisão internacional do trabalho. O neoliberalismo avançou e com isso as lutas sindicais perderam força na efetivação dos direitos conquistados na Constituição de 1988.

Medidas adotadas pelo governo do Estado brasileiro para adaptação ao ajuste neoliberal: 1. Tentativa de reforma financeira; 2. Estabilização da economia; 3. Liberalização do comercio; 4. Reforma tributária ainda em tramitação; 5. Privatização, que é a medida mais executada; 6. Reforma trabalhista aprovada no ano de 2017; 7. Reforma previdenciária ainda em tramitação. (PEREIRA, 2007).

⁴ Um outro aspecto de destaque nos anos 1980 foi a redefinição das regras políticas do jogo, no sentido da retomada do Estado democrático de direito. Essa foi a tarefa designada para um congresso constituinte e não para uma assembleia Nacional livre e soberana, como era a reivindicação do movimento dos trabalhadores e dos movimentos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, P. 141).

⁵ A maior parte da dívida foi contraída pelo setor privado e, por pressões do FMI houve uma crescente e impressionante socialização dessa dívida. No Brasil, 70% da dívida externa tornou-se estatal. Com isso, criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor privado e o intenso endividamento do setor público. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 139).

A aceitação destas medidas de ajuste neoliberal estimulou o crescimento econômico e divulgam a necessidade de redução de Estado na área social, portanto, nota-se a disposição e a defesa da classe burguesa em oposição aos interesses da classe trabalhadora, que em seu cotidiano, ver seus direitos sendo obstruídos e negado o acesso às políticas e direitos sociais.

Pode-se afirmar que o neoliberalismo constitui o seu projeto na perspectiva de fortalecer o capital autorizando a classe dominante explorar a classe dominada tendo como objetivo a acumulação de riquezas. “[...] o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações”. (SOARES, 2000, p. 12).

As políticas sociais ficam para depois, submetidas à lógica das políticas econômicas. Elas acabam sendo executadas como medida paliativa, focalizadas, assistencialista, sem a presença do Estado.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o [...] referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização*. Sendo esta última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2015, p. 156).

Portanto, nesta perspectiva, observa-se a subordinação dos direitos sociais que ficam à mercê orçamentaria e econômica e dos interesses defendidos pelo Estado e pelo capital. Iamamoto (2015) afirma que, com a adoção dos ajustes Neoliberais, o direito social é submetido aos ditames econômicos, diminuindo o orçamento destinado para os programas sociais.

Vale reiterar que o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias – vistas como um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais [...]. (IAMAMOTO, 2015, p. 149).

O Brasil, por sua vez, carrega sua bagagem histórica patrimonialista da qual pode-se enxergar as dificuldades enfrentadas para consolidação e democratização dos direitos sociais. Perceber-se o quanto o neoliberalismo impediu o avanço e ampliação das políticas sociais na perspectiva do direito. No campo da educação superior mudanças estruturais importantes passam a acontecer no que diz respeito à política de Estado. As políticas educacionais passam por reajustes para um modo de produção flexível, para melhor atender ao setor econômico.

A política de educação também é considerada política pública pela Constituição Federal de 1988, que de forma nítida em seu: “Art. 206 assevera: “O ensino será ministrado com base dentre outros, no seguinte princípio: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)” (BRASIL,1988).

Como citado, a década de 90 foi marcada pela importância da política econômica no governo de Fernando Henrique Cardoso que pesou sobre a educação de forma prejudicial, em que as IES e a sociedade brasileira vivenciou a situação de baixos salários, falta de investimento financeiro destinados para a pesquisa, vagas ociosas sem novas contratações, além da inexistência de uma política efetiva destinada para a assistência estudantil.

Desde a implantação da política neoliberal, as universidades públicas vêm sofrendo com o sucateamento, e com isso, o ensino privado se expandiu. Tal crescimento deve-se a carência de recursos governamentais destinados à educação pública, de modo a “delegar” no setor privado os deveres de ampliação das matrículas no ensino superior. Outra consequência é a falta de investimentos no campo para à pesquisa científica e extensão, reflexo do descaso ao ensino superior público de qualidade.

De acordo com Iamamoto (2015, p.436,437):

A subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública, gera o desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza e desqualifica a docência universitária ante as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípuas da universidade.

A ação foi: “[...] a expansão da graduação tecnológica ao lado da universidade à distância, de cursos superiores sequenciais, licenciaturas e bacharelados em regime especial [...]”. (SANTOS; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2010, p.108). Ações que ratificam a fragmentação do ensino superior. No governo Lula, em seus dois mandatos, algumas intervenções aconteceram na educação, dentre elas, promover uma Reforma Universitária, a fim de debater, junto com a sociedade civil, como construir a Lei Orgânica da Educação Superior.

Em destaque, a política de cotas na IFES se tornou uma estratégia governamental a fim de auxiliar o acesso e garantir que os estudantes oriundos de escola pública tenham direito a permanência. O vestibular foi substituído pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)⁶, nos processos seletivos das universidades públicas federais, adaptado ao Sistema de Seleção

⁶ “O Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. [...]” (BRASIL, 2012d, s.p.).

Unificada (SISU)⁷, que tem como objetivo aumentar o acesso ao ensino superior através do Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Federais (REUNI)⁸, que tem como principal objetivo a ampliação, acesso, permanência. O REUNI estabelece categorias a fim de que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, e do Programa Universidade para Todos (ProUni)⁹, que oferta bolsas integrais e parciais de estudos em instituições privadas para estudantes que comprovarem renda per capita de um salário mínimo e meio, e que tenha estudado o ensino médio em escola pública.

Esse cenário de reajuste que ocorre na educação superior, onde é voltada para uma educação mercadológica a qual estimula o processo de privatização, trazendo lucros para a burguesia educacional resultando no sucateamento das instituições de ensino superior público, a qual amplia o número do crescimento do ensino privado e o aumento de matrículas nessas instituições, além da ausência de uma política de assistência estudantil efetiva.

A confirmação do crescimento do número de matrículas no sistema público de ensino superior, no período de 1990 a 2000 progrediu de 578.625 para 888.708; o que representou o crescimento de 34,9%. Observou-se em 2000 a 2016 o crescimento dessas matrículas foi de 55,35%, ocorreu um crescimento que passou de 888.708 em 2000, para 1.990.078, em 2016. Podemos ratificar que esse crescimento é resultado, especialmente, da expansão da rede federal de ensino superior, por meio do programa REUNI. (Podendo ser observado na tabela 01).

O crescimento do número de matrículas na rede privada de ensino superior no período de 1990 a 2000 progrediu de 961.455 para 1.807.219, o que representou o crescimento de 46,8%. Observou-se de 2000 a 2016 o incremento dessas matrículas foi de 29,82%, saltando de 1.807.219 em 2000, para 6.058.623, em 2016. Observa-se a marcante expansão da educação superior voltada para o mercado educacional que apontam para a privatização, interferindo na

⁷ “O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. No sítio, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes.” (BRASIL, 2012, s.p.).

⁷ Como proposta do último Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Reuni foi criado em 2007 pelo Decreto Nº 6.096 e “[...] busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008 [...]. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. [...]” (BRASIL, 2012, s.p.).

⁹ O PROUNI foi “[...] criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. [...]” (BRASIL, 2012, s.p.).

formação superior de qualidade e na produção de conhecimento. (Podendo ser observado na tabela 01).

Tabela 01 – Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil – 1990-2016

Ano	Matrículas nos Cursos de Graduação					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
1990	1.540.080	578.625	308.867	194.417	75.341	961.455
1991	1.565.056	605.736	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	629.662	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.668	653.516	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	690.450	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	700.540	367.531	239.215	93.794	1.059.163
1996	1.868.529	735.427	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1997	1.945.615	759.182	395.833	253.678	109.671	1.186.433
1998	2.125.958	804.729	408.640	274.934	121.155	1.321.229
1999	2.369.945	832.022	442.562	302.380	87.080	1.537.923
2000	2.695.927	888.708	483.050	333.486	72.172	1.807.219
2001	3.036.113	944.584	504.797	360.537	79.250	2.091.529
2002	3.520.627	1.085.977	543.598	437.927	104.452	2.434.650
2003	3.936.933	1.176.174	583.633	465.978	126.563	2.760.759
2004	4.223.344	1.214.317	592.705	489.529	132.083	3.009.27
2005	4.567.798	1.246.704	595.327	514.726	136.651	3.321.094
2006	4.883.452	1.251.365	607.180	502.826	141.359	3.632.487
2007	5.250.147	1.335.177	641.094	550.089	143.994	3.914.970
2008	5.808.017	1.552.953	698.319	710.175	144.459	4.255.064
2009	5.954.021	1.523.864	839.397	566.204	118.263	4.430.157
2010	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
2011	6.739.689	1.773.315	1.032.936	619.354	121.025	4.966.374
2012	7.037.688	1.897.376	1.087.413	625.283	184.680	5.140.312
2013	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
2014	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
2015	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
2016	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.448	117.308	6.058.623

Fonte: MEC/INEP

A expansão de ensino superior desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e no governo Lula (2004-2010), nota-se um aumento nas matrículas principalmente no ensino superior privado. No período as matrículas passaram de cerca de um 1.759.703, em 1995, a 6.379.299 em 2010. No governo Dilma (2011-2016) as matrículas saltam para 8.048.71 em 2016.

Na tabela acima percebe-se como a necessidade da expansão do ensino privilegia o setor privado de educação superior. As políticas adotadas pelo governo Lula/Dilma, mesmo tentando diferenciar-se do governo anterior com o objetivo de aliviar as desigualdades sociais, raciais,

de gênero, econômicas e etc. ampliando o acesso e ampliando o programa FIES e implantando o ProUni, embora tenha existido avanços consideráveis, por outro lado, no quesito privatização e mercantilização estas reforçaram-se no governo Lula.

Como explica Zago (2006, p.3), o crescimento de vagas não favoreceu o jovem de baixa condições econômicas e sociais, pois a sua permanência na universidade vai além da sua inclusão, “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer Também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino”.

É nessa conjuntura, de políticas educacionais dedicado ao projeto neoliberal e com interesse no mercado de trabalho, que foram desenvolvidas as políticas de assistência estudantil nas universidades brasileiras. E é para esse novo perfil, de estudante carente, mediante o acréscimo da educação superior que as políticas de assistência estudantil estão sendo destinadas.

2.3 Apontamentos Sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil

Para esse trabalho, a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), representa um acontecimento histórico para na luta da Assistência Estudantil foi instituído por meio da portaria normativa nº39, de 12 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 7.234 em 17 de Julho de 2010. Tal conquista foi colheita de frutos de muita luta e esforços de um coletivo em torno da garantia da assistência estudantil para a igualdade de oportunidades aos estudantes da educação superior federal pública.

Como mencionado, entende-se assistência estudantil como direito social, que tem como objetivo prover recursos necessário a fim de transpor e superar obstáculos, que impeçam o bom desempenho acadêmico, possibilitando ao estudante um bom desempenho durante a graduação, diminuindo, qualquer chance de abandono.

A Assistência Social incide sobre a parcela da população que se encontra nas camadas da pobreza ou da extrema pobreza. Objetiva prover o que seria o mínimo social para a reprodução do ser humano. (CISLAGHI E SILVA, 2011, p.17). Já a assistência estudantil tem sua ação no sentido, como parte integrante da proteção social brasileira, porém para um público específico: estudantes com perfil socioeconômico inferior a um salário mínimo e meio conforme estabelece o PNAES.

A PNAES é considerada política por ser construída a partir de princípios, objetivos e diretrizes que norteiam a implantação de ações nas Instituições Federais de Ensino Superior

(IFES), devendo ser introduzida na práxis acadêmica, como um direito social rompendo com a ideia de assistencialismo, ação, favor (FONAPRACE, 2012).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é guiado pelos seguintes princípios:

1) afirmação da educação superior como uma política de Estado; 2) gratuidade do ensino; 3) igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES; 4) formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; 5) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; 6) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; 7) orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; 8) defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos; 9) pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central (FONAPRACE, 2012, p.67).

São alguns dos objetivos deste Plano:

(A)Objetivos geral: garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, destinando recursos para a Assistência Estudantil na matriz orçamentária anual das Instituições Federais de Ensino Superior. (B) Específicos: viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão; adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (FONAPRACE, 2012 p.68).

A PNAES em seu Art. 1º tem como propósito ampliar as condições de permanência dos jovens nas IFES; de acordo com o Art. 2º, são objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A política na IFES como parte do processo educativo deverá unir ao ensino, a pesquisa e extensão como descrito no Art. 4º, “considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010). É intercalar essas três dimensões a fim de possibilitar o caráter transformador entre universidade e sociedade.

Pensar a assistência ao estudante vai além de pensar em permanência no que se refere a restaurantes universitários, auxílio transporte, moradia estudantil ou auxílio financeiro. A

assistência ao estudante é a democratização ao acesso e garantia de uma universidade comprometida com a permanência de qualidade, de dignidade humana. Ratificando a importância de tal conquista histórica no campo dos direitos sociais, o PNAES visa a possibilidade de acesso e permanência de discentes de baixa renda na universidade pública, já que é um espaço novo para estes sujeitos. Entretanto para que os discentes participem do processo seletivo dos programas oferecidos pela universidade pública que é matriculado, devem encaixar-se no perfil do PNAES.

A cada ano cresce o número de matrículas no ensino superior, no entanto, se faz necessárias políticas que contribuam para a permanência dos sujeitos que acessam o ensino universitário, para que os princípios do PNAES sejam afirmados, garantindo igualdade de condições de acesso, democratização e qualidade nos serviços oferecidos aos discentes a fim de que realmente diminua a desigualdade social.

Muito ainda precisa ser feito. As políticas de assistência estudantil devem ser efetivadas, uma vez que as universidades têm sido frequentadas por um novo perfil de estudantes de baixa renda, o que torna indispensável o cumprimento dos objetivos do Plano para a assistência estudantil. Um dos fatores que implicam na desistência são as dificuldades financeira dos discentes o que leva muitos a evadir, abandonar o curso impedindo a conclusão. No próximo capítulo discute sobre evasão, trazendo alguns conceitos e fatores.

3. EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No presente capítulo, faz-se necessário uma abordagem sobre a expansão da educação superior recente no Brasil, bem como da evasão de discentes do ensino superior. Ao abordar estes temas é necessário delimitar os níveis de evasão e os fatores que influenciam tal fenômeno destacando o papel da assistência estudantil e suas ações para acesso e permanência nas Instituições de Ensino superior (IES).

Para iniciar as discussões sobre tal temática, é importante delimitar os desafios que são colocados para expansão do ensino superior e as consequências da evasão de discentes neste nível de ensino. Apesar de suas contradições inerentes à dinâmica do capital no país, a efetivação de programas voltados para o acesso de discentes de baixa renda nas IES, na intenção de diminuir as desigualdades sociais, tem posto avanços ao processo de democratização de acesso ao nível de ensino superior.

Nos últimos anos, o governo brasileiro implementou políticas públicas colocando em exercício ações a fim de legitimar a reforma da educação superior no país. Neste processo, o que se viu foi a intensificação do aumento da oferta de vagas e cursos nas universidades, tanto

de origem privada – em maior medida –, quanto de universidades pública – com aumento significativo -, porém, em menor grau vis-à-vis o aumento do setor privado.

Neste processo de ampliação de vagas destinadas ao ensino superior, o programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (REUNI), traz propostas de expansão e democratização do ensino superior no Brasil. Contudo, muitos investimentos públicos destinados as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), incumbidos ao crescimento nas vagas e matrículas nessas instituições, não foram garantia para redução expressiva da evasão. Por um lado a proposta do referido programa tenha levado ao crescimento de matrículas no ensino superior, por outro lado persiste a preocupação por parte de estudiosos, pesquisadores e educadores da área, no que diz respeito à permanência dos estudantes na universidade.

É perceptível o crescimento nos últimos anos e as mudanças no ensino superior. O que se vê é um aumento de vagas nas instituições de ensino superior tanto públicas quanto privadas. Contudo, se faz necessário ações acerca da permanência dos estudantes que acessam as vagas, visto que, a evasão persiste com números significativos.

Nos últimos anos, o Brasil vivencia um período de crescimento veloz, no número de instituições de educação superior e número de estudantes no ensino superior, como pode ser observado na tabela 02 (INEP, 2016).

Tabela 02 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria administrativa – Brasil - 2006-2016

Ano	Total	Instituições							
		Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40	-
2015	2.364	107	88	9	140	139	1.841	40	-
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	-

Fonte: MEC/INEP

Entre 2006 e 2007 cresce 2.270 para 2.281 o número de IES no Brasil. O número em 2008 tem uma pequena queda. Em 2009 e 2010, tem um pequeno aumento. O número entre 2011 e 2016 tem oscilações no crescimento. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisa (INEP, 2016), o total de alunos na educação superior brasileira chegou 8.048.701 em 2016, cerca de 22 mil matrículas acima do registro no ano anterior. Os estudantes universitários estão distribuídos em 34.366 cursos de graduação, oferecidos por 2.407 mil instituições de ensino superior- 296 públicas e 2.111 particulares. As universidades são responsáveis por 62,88% das matrículas, enquanto as faculdades concentram 37,12% (INEP, 2016). Entretanto, Buarque (2005) afirma que a formação da universidade brasileira ainda se apresenta de forma fragmentada e:

A única forma de universalizar com qualidade a educação básica é investir na educação superior pública de qualidade. A educação básica no Brasil era de qualidade quando apenas os filhos da elite frequentavam a escola. Eles tinham prédios bonitos, eram bem equipadas, tinham professores escolhidos entre os mais capazes e com bons salários, e eram mantidas e fiscalizadas pelo governo nacional, no Império e na República (BUARQUE, 2005, p.21).

Nessa perspectiva, o presente capítulo trará conceitos, possíveis causas, dados e consequências acerca da evasão. Também o que se refere a permanência dos estudantes das universidades.

3.1 Evasão: Conceitos e Indicadores

Para iniciar a discursão sobre tal temática, é necessário reconhecer como um problema existente em todos os níveis de ensino na educação, que envolve questões pedagógicas, sociais, econômicas, políticas, administrativas, psicológicas. Embora aconteça várias ações governamentais, entretanto existe obstáculos na concretização da graduação. Nota-se um descomedimento entre acesso e permanência e conseqüentemente altos índices de evasão nas instituições de Ensino Superior. De acordo com o tribunal de contas da União (TCU) o Acórdão nº 506/2013, traz dados de diferentes modalidades de ensino¹⁰.

A evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida. [...] A meta de 90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos prevista no Termo de Acordo de Metas, aparentemente, ainda é um ideal de longo-prazo. Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo (TCU,2013 p.10).

A evasão no ensino superior é tema muito debatido em diversos trabalhos científicos, com enfoque em causas diversas, onde vários estudiosos sobre a temática são uníssomos em ratificar que a evasão é uma questão complexa, que envolve um conjunto de fatores que interferem na escolha do aluno de permanecer ou não no curso.

¹⁰ A partir dos dados averiguados pelo TCU, trouxemos a citação acima para conhecimento dos altos índices em várias modalidades de ensino, porém o presente capítulo tem o seu foco nas instituições de ensino superior.

Sendo um problema antigo, a evasão são as mais diversas, desde motivos econômicos até social muitas estudantes ingressam nas instituições de ensino superior e não concluem o curso escolhido. O Brasil tem a carência de qualificar sua população, porém o fenômeno chamado evasão contraiu uma importância urgente, dada sua complexidade e alcance, Veloso (2000, p.14) afirma que:

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente nos países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades socioeconômico culturais de cada país.

Para a discussão sobre tal temática, alguns conceitos serão expostos para melhor compreender o fenômeno social por nome evasão, como afirma Santos- Baggi e Lopes (2011). Inicialmente confirma a sua existência em todos os níveis de ensino onde se envolvem fatores que impedem o aluno de prosseguir com os estudos.

A dificuldade em qualificar a evasão é colocada por Gomes (2000, p.90) como algo que ultrapassa “[...] o ato de evadir, escapar, abandonar, mas sim a um amplo contexto com múltiplas facetas, nem sempre compreendidas”. Os conceitos sobre evasão são vários e devem ser classificados de acordo com a particularidade a qual está sendo referido, em cada estudo. Este cuidado, além de evitar o risco de generalizações ou simplificações desfiguradoras da realidade, permite qualificar adequadamente os dados quantitativos indicadores do desempenho das instituições universitárias (BRASIL, 1997, p. 19).

No ano de 1995, em fevereiro aconteceu o seminário sobre evasão nas universidades brasileiras. O evento foi organizado pela Secretária de Ensino Superior (SESU), DO Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes da Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), os Institutos Federais de Educação (IFES) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (FONAPRACE) (BARDAGI,2007; MACEDO,2012; CASTRO 2013).

Com o intuito de investigar um tema denso – a evasão –, a comissão apresentou um relatório com o título “Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas”, no ano de 1997. O estudo foi pioneiro no âmbito nacional no Ensino Superior, alguns aspectos foram pesquisados como taxas de evasão, diplomação e retenção dos alunos de cursos superiores públicos no Brasil (BRASIL, 1997, p. 88).

Conforme Gaioso (2005), evasão estudantil, é a descontinuação da etapa dos estudos. Em 1997 foi divulgado o Relatório da Comissão Especial de estudos sobre Evasão nas

Universidades públicas Brasileiras e conceitua a evasão como a saída decisiva do curso escolhido, sem concluí-lo. Mas também traz três maneiras de classificar a evasão no ensino superior (BRASIL, 1997, p.89).

Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso de origem sem concluí-lo;
Evasão de instituição: quando ele abandona a IES na qual está matriculado; **Evasão de sistema:** quando o aluno se ausenta de forma permanente ou temporária da academia.

A evasão de curso: é quando o estudante deixa o curso por alguma razão (muda de curso ou instituição ou abandona os estudos);

A evasão da instituição: é quando acontece a mudança de instituição de ensino (o aluno não deixa de forma definitiva a instituição);

A evasão de sistema: é quando o estudante se desliga de qualquer instituição de ensino (é o abandono do sistema de ensino);

Outro aspecto que trouxe preocupação para a comissão especial foi diferenciar evasão de exclusão, também distinguir mobilidade, muitas vezes a conceituação acontece de forma semelhante. Ristoff (1995 apud BRASIL, 1997) explicita que evasão corresponde ao abandono dos estudos, enquanto mobilidade é quando o aluno migra pro outro curso ou espaço dentro de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

A evasão tem sido um tema muito discutido há anos, porém muito longe de ser solucionado Bardagi e Hutz (2009) definem “evasão de curso como a saída do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo” (p. 95). Para Rodriguez (2011), “o conceito de evasão considera estudantes que abandonam, trancam, desligam-se ou transferem-se para outra instituição de ensino” (p. 03).

Nas instituições de nível superior existe diferença do que se discorre sobre evasão, entretanto cada IES, tem critérios específicos de conceituar e considerar evasão entre seus alunos. Discorrer acerca dessa temática é de suma importância, dada a sua complexidade no ambiente educacional.

A evasão no ensino superior é um problema grave e acontece tanto nas instituições públicas quanto privadas e requer providências efetivas de combate. É uma descontinuidade nos estudos e na conclusão da graduação. Portanto se faz necessário uma atenção maior a esse problema a fim de minimizar as causas que levam ao abandono.

A respeito da evasão no ensino superior é pertinente abordar também os prejuízos que ela ocasiona. De formas diferentes as perdas atingem desde o indivíduo que evade, quanto a instituição que perde recursos materiais e humanos e principalmente a sociedade que necessita de desenvolvimento.

As perdas afetam fortemente as Instituições de Ensino Superior, pois ficam ociosos os profissionais que integram o corpo docente e servidores, espaços físico, recursos materiais, tecnológicos e sociedade de modo geral que esperam o retorno dos novos profissionais para um melhor desenvolvimento no país.

Portanto, a necessidade de investigação, pesquisas, debates e escritos sobre a temática, para que se tenha uma melhor compreensão sobre esse fenômeno complexo e ações sejam desenvolvidas e implementadas para combater a evasão nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é de suma importância, embora a política ainda esteja germinando, é executado pelo Ministério da Educação (MEC), tem como propósito ampliar condições de permanência na educação superior federal (BRASIL, 2010).

Nesse sentido os esforços concentram-se para que ações sejam desenvolvidas e adotadas com o propósito de prevenir e combater a evasão nas IFES.

No espaço acadêmico, a evasão ou permanência no curso é tema de grande interesse (BARDAGI, 2007). Pois, é nesse ambiente onde são educados os futuros docentes e profissionais, sendo também um espaço para construção de pessoas pensantes e críticas diante das adversidades posta na sociedade.

No Brasil, é grande o número de estudantes que integram o sistema universitário, porém não finalizam o curso de graduação escolhido. A evasão no ensino superior tem se tornado um dos grandes dilemas que desafiam IES públicas e privadas.

No caso das Instituições de Ensino Superior públicas, há um prejuízo para a sociedade, pois é feito um investimento alto na contratação de recursos humanos e materiais, pedagógicos e espaços físicos não aproveitados em sua integralidade pelo estudante que evade e isso implica no retorno esperado pela sociedade.

Contudo, nas instituições de ensino superior privadas existe o prejuízo financeiro pois perde clientes e concomitantemente a perda de prestígio e isso implica a permanência da instituição no mercado.

O INEP do Ministério da Educação (MEC) realiza o Censo da Educação Superior, através dele expõe dados de número de IES públicas, número de matrículas, número de vagas ofertadas, indicadores que demonstram tipos de evasão, concluintes entre outras modalidades (Brasil, 2016).

Houve um aumento significativo de matrículas¹¹ nos cursos superiores principalmente a partir de 1990, entretanto, mesmo com a expansão no número de vagas a evasão também aumentou.

Em se tratando de indicadores sobre evasão nos cursos superiores no Brasil, construímos algumas tabelas para visualização dos números e dimensão do problema.

Tabela – 03 Indicadores analisados

Indicador	Descrição
Demanda	Número de inscritos para novas vagas através de processo seletivo;
Matrículas	Número de matriculados;
Índice de Evasão	Número de alunos evadidos distribuído em categorias;
Concluintes	Número de concluintes no ano;

Elaborado: OLIVEIRA,2018

Tabela - 04 Indicadores que demonstram tipos de evasão apresentados na Sinopse de Educação Superior 2016 – INEP.

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Total de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância					
	Total	Matriculados	Matrículas Trancadas	Matrículas Desvinculadas	Alunos Transferidos para outro curso na mesma IES	Alunos Falecidos
Brasil	11.440.726	8.048.701	1.254.960	2.029.687	106.195	1.183
Norte	918.064	654.944	89.056	170.727	3.251	86
Nordeste	2.283.660	1.703.678	228.969	337.982	12.859	172
Sudeste	5.257.011	3.611.939	590.020	990.956	63.568	528
Sul	1.881.714	1.326.539	234.097	301.277	19.528	273
Centro-Oeste	1.100.277	751.601	112.818	228.745	6.989	124

Fonte: Adaptado do INEP (2016)

Observando os índices na última sinopse (INEP, 2016), são expostas modalidades de evasão, observa-se que não existe um cálculo de evasão total nas instituições. Todavia os indicadores fornecem ocorrências importantes sobre o quanto a evasão é complexa e preocupante no ambiente de ensino superior no país.

Tomando como base a tabela 4, percebe-se que o crescimento de matrículas no ensino superior abrange as instituições federais, estaduais municipais e privadas. Com cursos de graduação presencial e a distância em todas as regiões do Brasil. O sudeste é a região com o maior número de matriculados em 2016 chegou a 3.611.939, depois o nordeste com 1.703.678 matriculados.

¹¹ Os números podem ser conferidos no capítulo 1 na tabela 01 do presente trabalho.

A sugestão de ociosidade de vagas é relevante. Fazendo uma análise simples o ano de 2016 apresenta 3.392.025 vagas que ficaram ociosas, mesmo que temporariamente até um próximo processo seletivo. No caso de trancamento de matrícula, o prejuízo é maior, uma vez que a vaga fica ocupada pelo aluno até que retorne, impedindo outro através de novo processo seletivo (CASTRO, 2013).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, foram registradas 3.392.025 evasões no ensino superior público 498.722 e nas instituições privadas 2.893.303. Os matriculados na IES chegam 8.048.701, o índice de evasão é de 42,12%. Tal índice mostra que, de cada 100 alunos que ingressaram no sistema universitário brasileiro, praticamente 43 não concluem o ensino superior, ou seja, não alcançam a diplomação. O número de alunos concluintes é de 246.875. Os resultados mostrados referentes a evasão no sistema superior, apontam que a expansão do ensino superior através do REUNI, não tem alcançado os níveis desejados e o problema persiste.

3.2 Evasão: Fatores e Causas

No Brasil os estudos sobre evasão são embrionários e ainda tem muita coisa para ser desenvolvida. Entretanto, vários estudos já foram realizados com o propósito de descobrir as causas, fatores que levam os estudantes a abandonar o curso superior antes da conclusão. Nesse sentido, os esforços concentram-se para que ações sejam desenvolvidas e adotadas para a permanência do estudante. A evasão deve ser estudada de forma profunda, pois através das análises passa-se a conhecer as causas e fatores existentes nas instituições de ensino superior o que possibilita meios de combate-la.

Muitos jovens sonham com a entrada na universidade, mas no decorrer do curso observa-se o esvaziamento nas salas de aula e a euforia vai perdendo e abrindo espaço para evasão. Os recursos estão disponíveis para os alunos porém, muitos desistem dos seus sonhos abandonando o curso não chegando a diplomação.

Diante da realidade exposta, faz-se necessário conhecer os fatores e as causas do fenômeno evasão, tanto fatores internos quanto externos, numa tentativa de ajudar os alunos a permanecer no curso e conseguir a sua conclusão. Martins (2007), afirma que a evasão pode ser compreendida como ameaça e por outro lado uma oportunidade no sentido de que, com a diminuição da demanda, as IES estão percebendo a importância de manter e capacitar o aluno.

A partir dos estudos pode-se identificar várias causas/fatores que podem justificar o alto índice de evasão nas instituições de ensino. Algumas causas econômicas e sociais independem dos gestores educacionais, mas outras, internas, podem ser administradas por eles. Sendo assim

a evasão é um problema que deve ser trabalhado pela gestão da instituição e não apenas por professores ou funcionários do setor financeiro.

Abaixo segue alguns fatores já demonstrados através de estudos que estão relacionados e classificados ao próprio estudante, ao curso e à instituição e também aos fatores socioculturais e econômicos. Alguns inter-relacionam intimamente e são influenciados por fatores externos e internos (BRASIL, 1997).

Os fatores internos: são fatores de ordem institucional, que várias vezes contribuem para a indiferença levando o estudante a perder o encanto em relação ao curso escolhido.

Já os fatores externos: são fatores que estão relacionados ao mercado de trabalho, remuneração, reconhecimento social da carreira, dificuldades financeiras do estudante. Tais fatores estão mais presentes nos cursos de licenciatura pois, existe uma desvalorização social e má remuneração.

Em um país que, desde sempre, é assolado por crises econômicas que influencia de forma direta no mercado de trabalho, na maioria das vezes os estudantes farão suas escolhas de curso visando às perspectivas de remuneração e probabilidade de emprego, mesmo não sendo vocacionado para determinada profissão.

Portanto, a inter-relação desses fatores não deve ser compreendida apenas por dados indicadores representados por números, porém, alguns serão em índices numéricos serão colocadas para melhor entender a complexidade que é a evasão explicando assim as taxas elevadas.

Como citado por conceitos da evasão compreende-se como uma interrupção nos estudos, impedindo o término de cursos. Entretanto, se faz necessário a devida atenção por parte da IES, acerca das necessidades, identificando causas que podem levar o discente ao abandono. Através de diversas leituras que serviram como referência para este estudo traz as seguintes causas da evasão do ensino superior brasileiro:

Falta de orientação vocacional e desconhecimento do curso: estudantes muito jovens escolhem a carreira sem orientação vocacional e que muitas vezes são influenciados pela família. Porém, decidem por uma carreira sem ao menos conhece-la. Dessa forma o que acontece é o desinteresse do discente, resultando no abandono do curso (MARTINS 2007; LINS E SILVA 2005; BIAZUZ 2004.)

Problema financeiro: os problemas financeiros têm grandes influências na decisão dos discentes de desistirem da formação superior. Este fator implica nos altos valores de mensalidades, que gerando inadimplência e em outros casos as dificuldades financeiras os

impedem de permanecer. O aluno que enfrenta dificuldades financeiras a perspectiva de continuar os estudos torna-se ainda mais distante (MARTINS 2007; BRASIL 1997).

Reprovação nota/frequência: compreende-se por reprovação no seguimento insuficiente do estudante em algumas disciplinas no curso e a exigência mínima de frequência. A falta de base escolar nos ensinamentos fundamental e médio pode levar a reprovações consecutivas e conseqüente ao abandono do curso (GAIOSO 2005; BRASIL 1997).

Necessidade de trabalhar: entende-se pela dificuldade de conciliar trabalho e universidade pois, os horários são incompatíveis, sendo causa importante na decisão de abandono a IES. A pejeira pelo auto sustento ou o sustento da família gera falta de tempo para dedicar-se aos estudos (GAIOSO 2005; BRASIL 1997; PEREIRA 2003).

Falta de perspectivas de trabalho: o discente entende que são poucas as oportunidades de emprego na área escolhida e acredita que não ter o sucesso profissional levando a mudar de curso (GAIOSO 2006).

Ausência de laços afetivos na universidade: os estudantes procuram um ambiente acolhedor, onde se sintam adaptados, valorizados e respeitados (GAIOSO 2006).

Desligamento: O desligamento do estudante pode ser definido como: desligamento voluntário - por causa da transferência para outra instituição de ensino superior ou por expressa manifestação de vontade do aluno; desligamento involuntário- por ato administrativo - em decorrência de motivos disciplinares, se o aluno não se matricular por três semestres consecutivos, se o aluno não obtiver nenhum crédito em quatro semestres consecutivos, exceto os períodos de trancamento total (BRASIL, 2012).

As causas citadas acima permitem visualizar as demandas mais comuns da evasão para os estudantes das IES. Através das leituras realizadas sobre causas de evasão é perceptível que as mais referidas são a necessidade de trabalhar, problema financeiro e a falta de perspectivas de trabalho na área escolhida.

Sendo essas as prováveis causas mais comuns de evasão, indica que diplomação e evasão não devem ser vistas somente como números e sim conhecer as histórias por trás dos números. Neste sentido a compreensão desse processo em sua complexa extensão e as IES tenham condições de agir com o propósito de diminuir o problema e efeito.

3.3 PNAES Como Política de Permanência

O reconhecimento do fenômeno chamado evasão é necessário, porém é importante compreender a existência de políticas destinadas a intervir na prevenção e promoção de combate à evasão. O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi conquistada pautada nas

demandas existentes dos estudantes. A política objetiva em seu Art.2º reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010).

A política de Assistência estudantil passa a ser pensada para garantir a permanência e a qualidade no ensino superior (PRESTES, 2014 p.64). Em 2010 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi aprovado depois de extensos debates nas universidades com o propósito de um novo recomeço para que o estudante tenha acesso a políticas que o ofereça apoio em suas dificuldades na trajetória universitária.

Tal aprovação teve apoio de direções que historicamente lutaram e ainda lutam, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e FONAPRACE para a concretização de uma política de estado através do Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010.

A educação é um direito universal e a política da Assistência estudantil surgiu a partir da política de educação, com intuito de ampliar as condições para permanência do estudante no ensino superior público.

Em 1930 ações começam a emergir para assistir o estudante em meio a lutas e debates. Aline Kowalski (2012), em sua pesquisa bibliográfica, sobre a formalização da assistência estudantil, divide a política em três períodos diferentes, o quadro 01 a seguir foi criado pela autora referida.

Quadro 1 – Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

<p>PRIMEIRA FASE</p>	<p>1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris.</p> <p>1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU.</p> <p>1931: Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931.</p> <p>1934: Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica</p> <p>1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</p> <p>1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes.</p> <p>1961: Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</p>
--------------------------	---

SEGUNDA

FASE

1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.

1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.

1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).

1990: Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.

1996: Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.

1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.

1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas.

2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de Financiamento e gestão das IES.

2004: Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.

2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.

TERCEIRA

FASE

2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.

2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.

Fonte: Konalski (2012, p.100)

Na primeira fase no quadro acima surgem as primeiras políticas voltadas para o suprimento de custos para os estudantes que estudavam no exterior. Em 1950 as políticas de assistência estudantil ganham forças e visibilidade no âmbito governamental, devido a luta pelas reformas de base e os estudantes conquistam de forma igual para todos através da Lei de Diretrizes e Bases (1961), deixando de assistir só os “necessitados”.

Marcada pelo fim da ditadura militar a segunda fase tem o retorno da democracia liberal e muitas conquistas para a sociedade brasileira entre elas a promulgação da Constituição Federal em 1988. A terceira fase é demarcada pelo PNAES, que vem com uma nova estrutura, vem como política pública de direito.

No ano de 2008 algumas IFES passaram a contar com o sistema de cotas que reservava 40% e 50% de vagas para estudantes de ensino médio oriundos de escola pública e para estudantes de baixa renda. Em 2012 a Lei 12.711 é sancionada, e definiu as reservas de vagas, mas só passou a vigorar em 2013, quando o sistema de cotas foi ampliado para candidatos de baixa renda que cursaram o ensino médio em escolas públicas e candidatos pretos, pardos e indígenas.

As universidades passaram a receber um contingente considerável de alunos de baixa renda que dependem e contam com políticas de permanência estudantil. Com essa demanda, se faz necessário a criação e implementação de projetos que venham a contribuir para a permanência dos estudantes, garantindo a conclusão da graduação, portanto o PNAES tem ações de assistência para serem desenvolvidas em algumas áreas:

1 - moradia estudantil; 2 - alimentação; 3 - transporte; 4 - atenção à saúde; 5 - inclusão digital; 6 - cultura; 7 - esporte; 8 - creche; 9 - apoio pedagógico; 10 - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

As ações de assistência estudantil citadas são executadas somente por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), incluindo Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia articulada a áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010).

As ações de assistência estudantil devem:

1 - Considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades; 2 - Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico; 3 - E agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Quem são os alunos que podem ser assistidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)? Todos, a política diz que prioritariamente estudantes vindos da rede pública ou renda familiar per capita¹² de até um salário mínimo e meio sendo esse critério da renda per capita o mais relevante (BRASIL, 2010).

Os projetos de assistência que vigoram relacionados às ações determinadas pelo PNAES: auxílio – moradia que é voltada para os estudantes com família residente fora do município do qual estuda; auxílio transporte para a compra de passagem ou tarifa para transporte para se locomover até o centro de ensino; e o auxílio alimentação que consiste em 50% ou 100% de desconto no valor da refeição no Restaurante Universitário (RU), isso acontece quando a instituição de ensino possui o RU, quando não existe o restaurante universitário um auxílio é repassado para aquisição de alimentos. Além desses auxílios, de transferência de renda outros projetos são desenvolvidos para ações citadas, cada Instituição Federal de Ensino Superior realiza ações de acordo com sua realidade e demanda.

Apesar das IFES contarem com programas de assistência estudantil, é grande o aumento das evasões, embora os estudantes recebam tal assistência da universidade, isso não quer dizer garantia de conclusão da tão sonhada graduação. O auxílio pode ser insuficiente, pois além de sustentar os seus estudos, muitos estudantes têm outras obrigações que os impede de dar continuidade aos estudos.

Na conjuntura atual existem impedimentos a permanência, embora exista as políticas de cotas adotadas pelas universidades, por outro lado não foi feito um replanejamento para receber e possibilitar condições de permanência e conclusão dos discentes.

Na UFRB é através da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) que são executadas ações do Programa de Permanência Qualificada, sendo este programa, o objeto de estudo e análise através do processo seletivo PPQ 2016.1 no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB), para que possa avaliar se a falta de assistência estudantil pode ser uma variável importante na delimitação de causas de evasão na UFRB.

4 (DES) ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O presente capítulo faz um breve resumo da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Pró - Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

¹² Renda familiar *per capita* é calculada dividindo-se o total de renda familiar pelo número de moradores de uma residência.

(PROPAAE) e do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), junto a sua organização e a execução da política e entender o propósito, assim como as demandas dos estudantes.

Recôncavo significa terra em redor de qualquer baía. No território brasileiro terminou por vincular-se na região em torno Baía de Todos os Santos, onde o processo de ocupação da região seguiu determinados impedimentos o que levou por muito tempo os caminhos para acesso a capital da Bahia às localidades de difícil acesso devido a sua distância do litoral (UFRB, 2014).

Rios extensos existentes nesses territórios como o Rio Paraguaçu, o Jaguaripe e o Subaé formavam os limites para navegação, foi onde surgiram os primeiros núcleos populacionais que mais tarde dariam origem as cidades de Cachoeira, São Felix, São Francisco do Conde, Maragogipe, Santo Amaro, Jaguaripe e Nazaré das Farinhas. Foi no extremo do Paraguaçu que foram construídas a Vila de Cachoeira e São Felix, separados pelo rio onde cresceram se transformando em entrepostos comerciais, ligando Salvador ao interior mais distante.

A colonização dos nativos – povos indígenas desta região -, pelos portugueses e mais tarde, a chegada dos africanos, contribuíram para a formação cultural do Recôncavo, seja através da religiosidade, hábitos alimentares e costumes, línguas, ritmos e musicalidade. O Recôncavo além de ter o seu legado cultural, tem ainda o legado de luta dos povos que aqui habitaram. A localidade faz parte da história do Brasil. Na Bahia, a luta pela independência do colonialismo português o Recôncavo foi tablado para muita luta e episódios decisivos.

A luta não parou, o povo do Recôncavo persistiu na luta pelo fim da escravidão e o direito à cidadania. No século XIX os escravos do Recôncavo fizeram movimentos rebeldes contra escravidão. Sendo a maior e mais conhecida a Revolta dos Malês, em 1835.

A região se desenvolveu e conseguiu contato com Salvador de forma permanente. Era dessa localidade que concentrava a maior parte da população e também era aqui que se produzia os principais gêneros para serem mandados para abastecer a capital baiana como o açúcar, fumo, mariscos, farinha de mandioca entre outros produtos. Desse modo, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia surge numa região cheia de beleza com toda esta rica história, sendo esta universidade o resultado dos anseios, lutas e mobilizações do seu povo.

A criação da UFRB é um sonho do povo do Recôncavo (UFRB, 2014, P.56):

O Brasil sequer era independente quando, pela primeira vez, se pensou em uma universidade na região do Recôncavo Baiano. A reunião na câmara da cidade de Santo Amaro, em 14 de Junho de 1822, destinava-se justamente a manifestar o desejo pela independência do país. A ata de vereação é um documento ousado, que propunha um regime federalista com autonomia para as províncias, abertura ao comércio internacional e liberdade religiosa, além da criação de uma universidade.

Nos anos de 1980 e 1990, a conjuntura política, passava pelo neoliberal, onde muitos recursos financeiros no ensino público superior foram enxugados, fortalecendo o setor privado na área da educação e a criação de novas universidades parecia cada vez mais longe.

Em 2005, a Escola de Agronomia foi desmembrada da UFBA, nascendo então, a Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), como resultado de um amplo movimento da comunidade regional. Sendo a primeira universidade federal a ser instalada no interior do estado. É um marco para o ensino superior na Bahia (UFRB, 2014).

Entretanto, no governo Lula, a partir de 2003 o MEC traz o Plano de Expansão e Interiorização do Ensino Público Superior, que hoje é o REUNI, trazendo para o Recôncavo uma nova realidade para o ensino superior no interior baiano. A UFRB ganha a oportunidade de desenvolver um novo papel para a comunidade do Recôncavo.

O plano da nova universidade começa surgir, delineado em uma ação política e acadêmica visionária, encampada por um grupo de pessoas liderado pelo Reitor da UFBA, docente Naomar Monteiro, e pelo então diretor da AGRUFBA, docente Paulo Gabriel Nacif. Era chegada a hora de planejar uma universidade plena, que contemplasse as mais diversas áreas do conhecimento, e que atendesse a todo o recôncavo, principalmente a sua juventude, oferecendo oportunidades verdadeiras para a inserção no universo do conhecimento e nas possibilidades de formação profissional (UFRB, 2014, p. 57).

Em 21 de março de 2006, ocorreu o ato solene de criação da UFRB. Foi um marco pois era a concretude de uma luta árdua, porém, em 2005 a UFRB dá início as suas atividades sob ajuda da UFBA, tal parceria daria continuidade em 2006 para o primeiro concurso docente e também para seu primeiro vestibular (UFRB, 2014).

Com a adesão do REUNI no ano de 2007 a UFRB abre possibilidades de crescimento no sentido de recursos financeiros para a sua ampliação no espaço físico, contratação de recursos humanos e abertura de novos cursos. Em continuidade esses recursos possibilitou a criação de políticas de permanência para os discentes, nesse sentido a UFRB é uma universidade inclusiva e aberta para a comunidade externa a qual contribui para o desenvolvimento da comunidade local. Mesmo sendo uma instituição nova, em processo de crescimento, busca cumprir seus objetivos.

A universidade foi idealizada como multicampi, a UFRB se faz presente em seis municípios do Recôncavo baiano: Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antonio de Jesus. Possui atualmente 44 cursos de graduação e 22 cursos de pós – graduação sub divididos em: mestrado latu e strictu sensu e 2 doutorados. Com 7 Pró

– reitorias¹³, 713 funcionários, 811 docentes, 12.345 discentes¹⁴. Idealizada como instrumento de mudança na educação superior no Recôncavo baiano, a UFRB nestes doze anos, vem concretizando seus objetivos, mas com um longo caminho a percorrer, espera-se um futuro promissor com caminhos contra as desigualdades e por outro lado que haja amadurecimento para dar continuidade a sua missão e projetos propostos enquanto instituição.

4.1 Alguns apontamentos sobre a PROPAAE

A assistência estudantil tornou-se imprescindível, pois, ao mesmo tempo que as políticas são efetivadas, é essencial que sejam criados instrumentos e mecanismos que tornem possível a permanência do discente que ingressar na instituição de ensino. Alves (2002. p.29) explica:

Há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Desde a sua fundação a UFRB dispõe de uma Pró-Reitoria individualizada para tratar de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), desse modo (NASCIMENTO E JESUS, 2010), explica que a UFRB tomou para si um posicionamento político a fim de colaborar para a diminuição das desigualdades vigentes no Brasil.

[...] criando a pioneira Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, com a incumbência de trabalhar de forma articulada as Ações Afirmativas com os Assuntos Estudantis, ampliando o espectro da assistência estudantil, ao versar sobre - acesso, permanência e pós-permanência de estudantes oriundos das escolas públicas, de afrodescendentes e indígenas na UFRB, tendo como foco o desenvolvimento regional em articulação com a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo, na Bahia (JESUS; NASCIMENTO, 2010, p. 119).

Com a finalidade de articular e formular políticas a PROPAAE foi criada com o intuito de executar práticas de democratização relativa ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil (UFRB, s/d).

As políticas afirmativas têm suas ações vinculadas a PROPAAE envolvem os assuntos estudantis visando a criação de espaço e políticas para promoção de igualdade racial, inclusão social, desenvolvimento regional, essencial para a permanência na vida acadêmica.

¹³ As sete Pró-reitorias da UFRB são: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT); Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN); Pró-Reitoria de Administração (PROAD); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP) e a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE).

¹⁴ Fonte: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>.

A criação desse espaço é de grande importância, pois é através das demandas existentes e as que surgem que acontece a relação de diálogo e reciprocidade com os discentes a fim de criar projetos para sua promoção, acompanhamento em suas inúmeras e mais diferentes necessidades e expectativas no decorrer do seu percurso e desenvolvimento não só acadêmico mas profissional e social.

Constituída em 03 de outubro de 2006 a PROPAAE instaurou um novo trato e fala as solicitações sociais e acadêmicas, a qual complementa a política institucional, das ações em favor do acesso, permanência, pós-permanência e qualificação profissional, tais ações voltadas para o acesso a direitos, com a instauração do Programa de Permanência Qualificada (PPQ) (JESUS; NASCIMENTO, 2010).

Para a realização de suas ações a PROPAAE é dividida em duas coordenadorias, a Coordenadoria de Políticas Afirmativas (COPAF) e a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (COEST). Ambas, de maneira geral, preocupam-se com processo de inclusão social, racial e também com as ações voltadas para assistência estudantil tais como: moradia, alimentação, esporte e lazer. Sendo o CAE responsável pela execução do PPQ, que entre tantos outros atendimentos são feitos para os estudantes em geral, enquanto permanecem na universidade.

A PROPAAE é a dirigente que realiza ações do PPQ, como já aludido, mas também executa o Programa de Bolsa Permanência (PBP) do MEC, porém, a partir daqui o nosso objeto de estudo e análise será o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), para avaliar se a falta de assistência estudantil pode ser uma variável importante na delimitação de causas de evasão na UFRB.

4.2 Programa de Ações a Permanência na UFRB

O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é uma das ações componentes de políticas que têm a finalidade de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior, de forma articulada com diversos segmentos com a responsabilidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica (UFRB, s/d).

O PPQ por sua vez integra de forma indissociável a garantia de condições materiais de manutenção acadêmica dos estudantes, à ampliação das suas possibilidades de vivência da experiência universitária, ao articular permanência, ensino, extensão e pesquisa, por meio da inserção dos estudantes integrantes do PPQ em ações de pesquisa, monitoria e ensino orientados por docentes da UFRB. Desse modo, os acadêmicos associam construção e difusão do conhecimento, com desenvolvimento regional e políticas de equalização social (JESUS; NASCIMENTO, 2010, p. 119).

O PPQ é de grande importância pois, expressa a materialização do PNAES, uma vez que o REUNI abre as portas da UFRB para o Recôncavo, numa região carente de políticas

sociais, o PPQ se encarrega de uma função imprescindível numa universidade pública, para viabilizar permanência ao discentes neste espaço universitário.

O PPQ tem como objetivos:

Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, ao assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional. 2. Implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica. 3. Possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa. 4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional. 5. Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB. 6. Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação. 7. Combater o racismo e as desigualdades sociais. É composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as Modalidades de bolsas disponíveis: Bolsas de Auxílio à Moradia/ à Alimentação/Bolsas Pecuniárias associadas a projetos vinculados à Extensão, Pesquisa e Graduação e serviços (acompanhamento psico-social, pedagógico) e assistência a demandas específicas.¹⁵

Visando a adequação à política pública de apoio ao estudante no ensino superior, ao assegurar a efetivação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Dec. 7234/10, art.3º. § 1º, VIII). Deste modo, em concordância com PNAES, o PPQ ratifica a proposta de condições mínimas necessárias para o discente em seus apuros sociais e acadêmicos, o programa oferece possibilidades para um melhor desempenho acadêmico dos discentes e concomitantemente, somar a proposta às linhas de pesquisa e extensão, colaborando para o crescimento da instituição e conseqüentemente, do território do Recôncavo da Bahia.

O PPQ é constituído por distintas ações, voltadas às demandas acadêmicas, e entre elas as modalidades de auxílios disponíveis:

Auxílio à Moradia: refere-se a uma vaga na residência universitária, até a duração média do curso de graduação;

Auxílio Pecuniário à Moradia: refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), até o tempo médio de duração do curso de graduação.

Auxílio Deslocamento: refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), até o tempo regular de duração do curso.

Auxílio à Alimentação: refere-se ao jejum e acesso diário ao restaurante universitário – Campus de Cruz das Almas, com duração equivalente à duração regular do curso em que o/a estudante estiver matriculado à época da concessão do auxílio. Os residentes de Cruz das Almas

¹⁵ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/propaa/ppq>

utilizam o Restaurante Universitário. Já os residentes dos outros centros que ainda não possui Restaurante, recebem uma ajuda pecuniária à alimentação.

Auxílio Creche: Concessão de auxílio creche (LDB 9394/96) a estudantes com comprovada demanda social para custear despesas com filhos/as, crianças tuteladas ou legalmente adotadas com idade entre (0-3) zero a três anos, e que estejam matriculados em creche ou Núcleo de Recreação Infantil. O valor do auxílio é de R\$ 190,00 (Cento E Noventa Reais). A concessão do auxílio terá revalidação anual, com apresentação de documentação, a ser solicitada pela coordenação de Assuntos Estudantis/NAIE, sendo consideradas, no parecer, as condições acadêmicas do/a estudante beneficiário/a.

Projetos Institucionais: refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), tendo como obrigatoriedade, a vinculação a um projeto de pesquisa ou extensão.

Quadro 02 - Quantidade de alunos que recebem os benefícios do PPQ por modalidade (2006-2015)

Tipos de Auxílio							
ANO	ALIMENTAÇÃO	MORADIA	PROJETOS	PEC. A MORADIA	DESLOCAMENTO	CRECHE	TOTAL
2006	21	21	0	12	0	0	54
2007	58	42	34	21	0	0	155
2008	73	69	55	38	0	0	235
2009	92	133	82	43	0	0	350
2010	127	167	230	132	88	6	750
2011	123	218	244	144	121	15	865
2012	153	270	488	120	209	23	1.263
2013	152	237	1080	109	302	42	1.922
2014	125	216	1014	84	301	23	1.763
2015	123	210	938	70	417	18	1.776

Fonte: PROPAAE, 2015

O quadro 02, traz a quantidade de discentes que estão vinculados aos auxílios oferecidos pelo PPQ, por modalidade de 2006 – 2015.

Conforme o decreto do PNAES, as IFES têm a autonomia para definirem os critérios para que o estudante possa participar da seleção ao Programa de Permanência Qualificada (PPQ). Concomitantemente, o aluno tem deveres, pois, algumas condicionalidades precisam ser cumpridas para que o seu benefício seja concedido. Nesse caso, o que acontece é uma correspondência, na qual, o discente cumpre com os seus deveres e a instituição cumpre de acompanhá-lo, orientando e identificando possíveis faltas para que aconteça os encaminhamentos visando sanar as irregularidades.

4.3 Análise e Interpretação dos Resultados

Com a expansão das universidades federais oportunizou-se o acesso de jovens social e economicamente excluídos, num espaço que até pouco tempo ou até hoje é considerado elitista,

nos faz refletir acerca da permanência no ensino superior, fator importante que muitas vezes impede o discente de ter um bom rendimento na sua trajetória acadêmica ocasionando a evasão.

A implementação do Programa Permanência Qualificada (PPQ), vinculado a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Dec.7234/2010), com ações responsáveis por assegurar uma permanência qualificada do discente no ensino superior, com propósito de diminuir as desigualdades sociais, diminuir a evasão e o baixo rendimento escolar integrando de forma inseparável aspectos necessários e importantes na garantia de condições materiais na manutenção acadêmica.

Em consonância com PNAES, o PPQ é destinado aos discentes em situação comprovada de condição de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados regularmente em cursos presenciais de graduação da UFRB¹⁶ (UFRB, 2016). Com a proposta de assegurar condições mínimas necessárias ao discente também oferece melhorias no desempenho acadêmico, a universidade busca assegurar que os estudantes impossibilitados de permanecerem na graduação possa dar continuidade na instituição.

O objeto de análise é o processo seletivo do PPQ 2016.1, edital 004/2016 no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB), constando no edital para seleção duas modalidades para o referido Centro: Moradia que refere-se à concessão de uma vaga na unidade de residência universitária, com direito à alimentação, no Centro que não há restaurante universitário, então é repassado um valor de R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais), para auxiliar nas despesas com alimentação.

Para o auxílio moradia foram destinadas 15 vagas, 08 vagas femininas e 07 masculinas, 19 discentes pleitearam pelas vagas nessa modalidade. 11 mulheres onde 08 foram

¹⁶ O Processo Seletivo para o PPQ acontece sempre no início de cada semestre letivo, começando pela etapa de inscrições, que são feitas *online*. As inscrições são validadas posteriormente através da entrega da documentação exigida. A conferência da documentação é feita no ato da entrega pela equipe da PROPAAE. Uma vez conferida a documentação, a PROPAAE homologa as inscrições através da publicação de lista contendo os nomes dos candidatos que cumpriram os requisitos da inscrição. Só são recebidas as documentações dos estudantes que efetivaram a inscrição *online*. Os candidatos que não realizam a inscrição *on line* e/ou não entregam toda a documentação exigida no edital, são excluídos do processo seletivo. Os documentos são entregues, diretamente, à representação da PROPAAE nos respectivos Centros de Ensino, durante o período previsto nos editais. Cada assistente social do NAIE passa, então, a analisar os documentos apresentados e a avaliar os critérios socioeconômicos e institucionais, mediante informações previamente fornecidas pelo(a) candidato(a). Os candidatos que se encontram inseridos no perfil do PNAES são convocados para entrevista social. Após análise da entrevista, os assistentes sociais fazem a classificação final e divulgam os resultados finais, oficializando os auxílios através de edital de resultados. Todos os estudantes classificados são convocados para reunião de oficialização em seus respectivos centros, assinando um termo de compromisso.

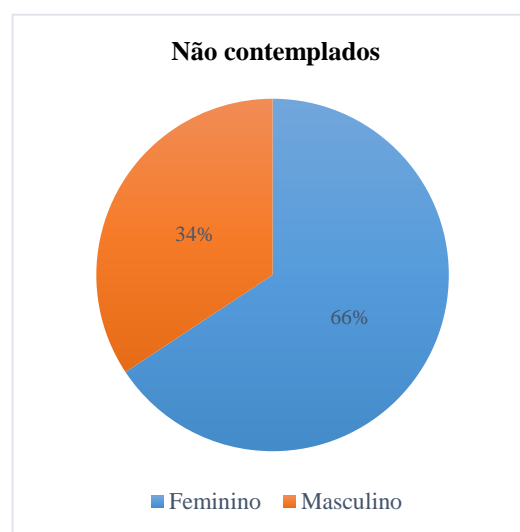
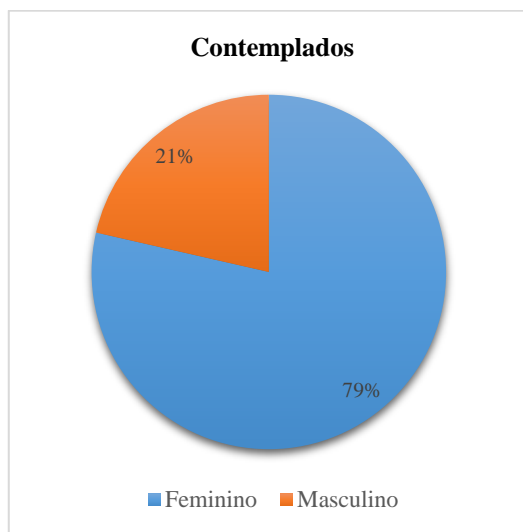
contempladas, 01 não classificou e 02 não participaram da entrevista social.¹⁷ 08 homens inscritos, 07 classificados e 01 desclassificado.

A modalidade transporte, refere-se ao repasse mensal no valor de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), para estudantes que moram em cidades circunvizinhas aos centros da UFRB, para auxílio nas despesas com deslocamento de ida e volta ao centro de ensino¹⁸. No edital já citado foram destinadas 14 vagas para tal modalidade, com 56 inscritos. 14 discentes foram classificados, 35 ficaram fora do número de vagas, 03 não compareceu para entrevista social, 02 não classificou de acordo com o edital item VI¹⁹, 01 não classificou conforme edital subitem 2.2, letra A²⁰.

Diante do exposto, o processo seletivo do Programa de Permanência Qualificada 2016.1 no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB), será o objeto de estudo onde analisaremos se a falta de assistência estudantil é uma variável importante na delimitação de causas de evasão na UFRB, para isso será analisado dados através do histórico escolar dos discentes contemplados e não contemplados na modalidade de auxílio transporte.

GRÁFICO 02 – Distribuição por gênero

GRÁFICO 03 – Distribuição por gênero



Fonte: acervo UFRB
Elaboração: OLIVEIRA, 2018

¹⁷ Conforme edital 004/2016, item 4. Das etapas do processo seletivo: o não comparecimento do/da candidato/a à referida entrevista é considerado descumprimento das normas deste edital, de modo que o não comparecimento implicará na imediata exclusão do/da candidato/a do processo seletivo.

¹⁸ Para a concessão desta modalidade são considerados: a) Os municípios de origem situados – no máximo – a 60 km (Sessenta quilômetros) de distância do centro de ensino, salvo quando residir em Zona rural com cobertura de transporte regular. Ressalta-se que a distância enquadrada nesta modalidade é a distância máxima de 60 Km (Sessenta quilômetros), a contar da entrada principal do município de origem do/a estudante até a entrada principal do município onde está localizado o Centro de ensino, salvo quando residir em zona rural com cobertura de transporte regular.

¹⁹ Conforme edital 004/2016, item 3. Dos requisitos para participar da seleção: VI Não ter vínculo empregatício de qualquer natureza ou atividade remunerada;

²⁰ Ver nota de rodapé nº 18.

Conforme gráficos 02 e 03 no que tange ao gênero foi distribuído entre 49 discentes: 11 do gênero feminino e três do gênero masculino contabilizando 14 contemplados. Os não contemplados estão distribuídos em 23 do gênero feminino e 12 do gênero masculino, contabilizando 35 discentes. O quantitativo maior é de mulheres.

Tabela 05: Faixa etária

Faixa etária				
	Quantidade	17 – 24	25 - 35	36 – 43
Discentes contemplados	14	09 (64%)	03 (22%)	02 (14%)
Discentes não contemplados	35	19 (54%)	12 (34%)	04 (12%)

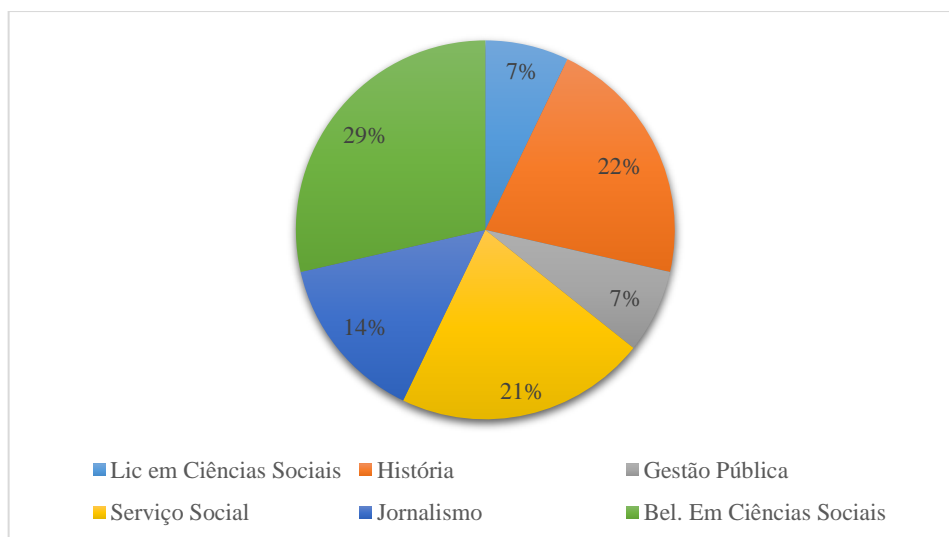
Fonte: acervo UFRB

Elaboração: OLIVEIRA, 2018

A tabela 05 traz a idade dos participantes, 64% dos discentes contemplados tem ente 17 e 24 anos; outros 22% têm idade entre 25 e 35; seguidos de 14% que têm entre 36 e 43 anos. Aqueles não contemplados, 54% dos estudantes da nossa pesquisa têm entre 17 e 24 anos; outros 34% têm idade entre 25 e 35 anos. Aqueles maiores de 35 somam 12%.

Tendo um número maior de mulheres jovens que pleiteiam um auxílio no PPQ, percebe-se a motivação em está inserida nos diversos segmentos na sociedade onde outrora cuidavam da casa e dos filhos dificultando a permanência, hoje querem estudar e ter uma profissão e conseqüentemente a sua inserção no mercado de trabalho. Contudo, buscam mecanismos de permanência através das ações do PPQ.

GRÁFICO 04: Distribuição por cursos contemplados no PPQ 2016.1

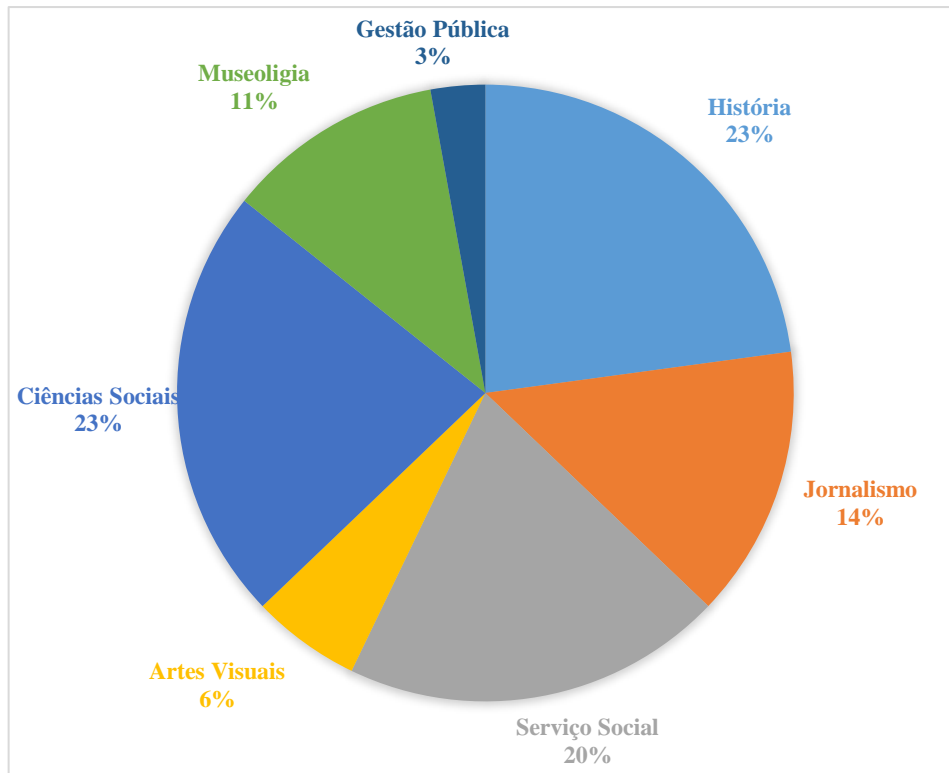


Fonte: acervo UFRB

Elaboração: OLIVEIRA, 2018

Através do gráfico 04 a pesquisa delineou as áreas do conhecimento, verificando os cursos de maior demanda, buscou analisar quais áreas tiveram maior classificação e não classificação no PPQ. Observa-se que de seis cursos contemplados, Ciências Sociais, 29%; História, 22%; Serviço Social 21%; Jornalismo 14%; e Gestão Pública 7%.

GRÁFICO 05: Distribuição por cursos não contemplados no PPQ 2016.1



Fonte: acervo UFRB
Elaboração: OLIVEIRA, 2018

Conferindo os cursos dos não contemplados totalizando sete, Ciências Sociais 23%; História 23%; Serviço Social 20%; Jornalismo 14%; Museologia 11%; Artes Visuais 6%; e Gestão Pública 3%, distribuídos no gráfico 05.

Em análise tanto para contemplados quanto os não contemplados os cursos de maior procura pelo programa são os cursos de Ciências Sociais, História, Serviço social e Jornalismo. É possível que nestes cursos estejam concentrados os discentes em maior vulnerabilidade socioeconômica. Cabe ressaltar, que dos sete cursos mostrados nos gráficos, quatro são oferecidos no turno noturno. Alguns desses estudantes precisam conciliar o ensino universitário com o trabalho remunerado durante o dia, nessa perspectiva escolhem por aulas a noite. Tal assertiva pode ser confirmada nos gráficos 04 e 05.

TABELA 06 - Período letivo de ingresso

Período Letivo de Ingresso							
Período letivo de ingresso dos contemplados							
Discentes Contemplados	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1		
	2	1	1	4	5		
Semestre Atual	7º	6º	5º	4º	3º		
Porcentagem	14%	7%	14%	29%	36%		
Período Letivo de ingresso dos não contemplados							
Discentes não Contemplados	2012.1	2013.1	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1
	1	1	3	1	6	6	16
Semestre Atual	11º	9º	7º	6º	5º	4º	3º
Porcentagem	3%	3%	8%	3%	17%	17%	46%

Fonte: acervo UFRB

Elaboração: OLIVEIRA, 2018

No que tange o ano de ingresso no ensino superior, a maioria dos estudantes contemplados (36%) ingressaram na universidade em 2016.1; seguidos de 29% que ingressaram no segundo semestre letivo de 2015. Os não contemplados 46% aderiram a UFRB em 2016.1; seguidos do semestre letivos 2015.1 e 2015.2 somando 34%, conforme tabela 06.

TABELA 07 – Índices acadêmicos/ contemplados

Índices Acadêmicos dos Contemplados no PPQ					
Discente	Curso	Semestre de ingresso	Índices acadêmicos antes do PPQ	Índices acadêmicos depois do PPQ	Evolução após participação no PPQ
Discente A	Ciência Sociais	2014.1	8	8,1	1%
Discente B	Serviço Social	2014.1	7,8	5,9	-24%
Discente C	Serviço Social	2014.2	8	8,1	1%
Discente D	Jornalismo	2015.1	7,4	7,7	4%
Discente E	Jornalismo	2015.1	8,7	8,9	2%
Discente F	História	2015.2	8,5	8,4	-1%
Discente G	História	2015.2	7,7	7,7	0%
Discente H	História	2015.2	7,7	7,9	3%
Discente I	Serviço Social	2015.2	8,6	8,5	-1%
Discente J	Ciência Sociais	2016.1		8,8	
Discentes K	Gestão Pública	2016.1		8,4	
Discente L	Ciências Sociais	2016.1		8,5	
Discente M	Ciência Sociais	2016.1		9,2	
Discente N	Ciência Sociais	2016.1		8,4	
Média de aprovação dos Candidatos					-3%

Fonte: acervo UFRB
Elaboração: OLIVEIRA, 2018

O Índice Acadêmico é um indicador de desempenho acadêmico calculado com base na média de notas em relação às disciplinas do discente durante a graduação.

Com o propósito de avaliar se a falta de assistência estudantil pode ser uma variável na delimitação de causas de evasão na UFBR. A tabela 07 e 08 apresenta os índices acadêmicos dos contemplado e não contemplados, antes e depois do processo seletivo através do escore dos participantes com o propósito de analisar o desempenho. Do total de 14 contemplados, nove discentes já haviam ingressado em semestres anteriores ao do processo seletivo, isso indica que já viam tentando o auxílio e cinco ingressaram no semestre 2016.1. Para uma parte dos alunos houve melhora indicando um desempenho suficiente outros mantiveram o mesmo score depois da entrada no PPQ.

TABELA 08 – Índices acadêmico/ não contemplados

Índices Acadêmicos dos não Contemplados no PPQ					
Discente	Curso	Semestre de ingresso	Índices acadêmicos antes do PPQ	Índices acadêmicos depois do PPQ	Evolução após participação no PPQ
Discente A	História	2012.1	6,8	7,5	10%
Discente B	Artes Visuais	2013.1	8,1	8,8	9%
Discente C	História	2014.1	8	8	0%
Discente D	Artes Visuais	2014.1	8,2	8,4	2%
Discente E	Serviço Social	2014.1	8,3	8,3	0%
Discente F	Serviço Social	2014.2	7,4	8,1	9%
Discente G	Ciências Sociais	2015.1	8,4	8,7	4%
Discente H	Ciências Sociais	2015.1	8,7	8,7	0%
Discente I	Jornalismo	2015.1	7,2	7,6	6%
Discente J	Serviço Social	2015.1	8,8	8,8	0%
Discente K	História	2015.1	8,3	8,4	1%
Discente L	Museologia	2015.1	7,6	7,2	-5%
Discente M	História	2015.2	8	8,2	2%
Discente N	História	2015.2	7,8	7,2	-8%
Discente O	Serviço Social	2015.2	8,1	8	-1%
Discente P	Serviço Social	2015.2	8,4	8,4	0%
Discente Q	Serviço Social	2015.2	8,3	8,1	-2%
Discente R	História	2015.2	7,6	7,2	-5%
Discente S	Jornalismo	2016.1		8,7	
Discente T	Jornalismo	2016.1		8,5	
Discente U	Ciências Sociais	2016.1		9,6	
Discente V	Museologia	2016.1		8,6	
Discente W	Ciências Sociais	2016.1		9	

Discente X	Gestão Pública	2016.1		7,6	
Discente Y	Ciências Sociais	2016.1		6	
Discente Z	Serviço Social	2016.1		8,5	
Discente AA	História	2016.1		5,6	
Discente AB	Museologia	2016.1		8,2	
Discente AC	Museologia	2016.1		8,2	
Discente AD	Jornalismo	2016.1		8,2	
Discente AE	Ciências Sociais	2016.1		8	
Discente AF	Ciências Sociais	2016.1		7,4	
Discente AG	Ciências Sociais	2016.1		7,9	
Discente AH	Jornalismo	2016.1		0,7	
Discente AI	História	2017.1		7,6	
Média de aprovação dos candidatos					1%

Fonte: acervo UFRB

Elaboração: OLIVEIRA, 2018

Na tabela 08 foi feita a análise dos alunos não contemplados no programa. Do total de 35 alunos ingressantes desde o primeiro semestre letivo do ano de 2012. Assim como os contemplados, é possível notar que nove alunos demonstraram crescimento nos índices. Outros cinco mantiveram o escore. Algumas quedas no índice são referentes à reprovação, trancamento parcial das disciplinas. Outros 17 discentes ingressaram no semestre pesquisado.

No que diz respeito à comparação do índice acadêmico dos dois grupos, observa-se que o grupo dos não contemplados não apresenta um rendimento inferior aos contemplados. Para tanto são dados que devem sempre ser revistos para o acompanhamento dos discentes, além de avaliar a execução da política de assistência estudantil, conforme preconizada pelo PNAES.

TABELA 09 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ contemplados

Componentes Curriculares e Percentual de Aprovação					
Discente	Curso	Semestre de ingresso	Número de Componentes Curriculares Matriculado ao longo do curso (antes de participar do PPQ)	Número de Componentes Curriculares que obteve aprovação (antes de participar do PPQ)	Percentual de Aprovação
Discente A	Ciência Sociais	2014.1	20	20	100%
Discente B	Serviço Social	2014.1	20	20	100%
Discente C	Serviço Social	2014.2	20	19	95%
Discente D	Jornalismo	2015.1	10	10	100%
Discente E	Jornalismo	2015.1	10	9	90%
Discente F	História	2015.2	5	5	100%
Discente G	História	2015.2	5	5	100%
Discente H	História	2015.2	5	5	100%
Discente I	Serviço Social	2015.2	3	3	100%

Média de aprovação dos Candidatos contemplados no PPQ 2016.1, antes do Processo Seletivo	97,5%
---	--------------

Fonte: acervo UFRB
Elaboração: OLIVEIRA, 2018

Conforme tabela 09, dos 14 alunos contemplados, 7 tiveram 100% de aprovação no número de componentes curriculares matriculados ao longo do curso antes do processo seletivo. Seguido de um com 95% de aprovação; e outro com 90% de aprovação, como mostra tabela dois alunos tiveram 1 reprovação. Alguns inscritos trazem a reprovação por nota como um desempenho insuficiente do discente no final de um semestre letivo, com relação à média (POLYDORO, 2000; DIAS, THÉPHILO, LOPES, 2010). A média de aprovação dos candidatos contemplados no PPQ de 97.5%.

TABELA 10 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ contemplados

Componentes Curriculares e Percentual de Aprovação					
Discente	Curso	Semestre de ingresso	Número de Componentes Curriculares Matriculado ao longo do curso (Após participação no PPQ)	Número de Componentes Curriculares que obteve aprovação (Após participação no PPQ)	Percentual de Aprovação
Discente A	Ciência Sociais	2014.1	6	6	100%
Discente B	Serviço Social	2014.1	3	0	0%
Discente C	Serviço Social	2014.2	5	5	100%
Discente D	Jornalismo	2015.1	4	4	100%
Discente E	Jornalismo	2015.1	4	4	100%
Discente F	História	2015.2	5	5	100%
Discente G	História	2015.2	6	6	100%
Discente H	História	2015.2	5	5	100%
Discente I	Serviço Social	2015.2	7	6	85,7%
Discente J	Ciência Sociais	2016.1	5	5	100%
Discente K	Ciência Sociais	2016.1	8	6	75%
Discente L	Ciência Sociais	2016.1	5	5	100%
Discente M	Gestão Pública	2016.1	6	6	100%
Discente N	Ciência Sociais	2016.1	5	5	100%
Média de aprovação dos Candidatos contemplados no PPQ 2016.1, após o Processo Seletivo					80%

Fonte: acervo UFRB
Elaboração: OLIVEIRA, 2018

Na tabela 10, foram detectados na pesquisa 11 discentes aprovados no número de componentes curriculares matriculados após o processo seletivo, obtendo aprovação de 100%. Seguido de um com aprovação de 85,7%; e outro 75%.

Em análise, um aluno com reprovação em uma disciplina; e outro fez o trancamento de duas disciplinas; um aluno contemplado sem aprovação foi desligado pelo Art. 65, saiu pelos incisos: III- reprovação por nota ou frequência em todos os componentes em que o discente esteja inscrito em dois (02) semestres consecutivos ou não; IV- a reprovação por nota ou frequência no mesmo componente curricular em quatro (04) semestres consecutivos ou não; VI- falta de uma conclusão de uma nova modalidade/habitação/opção no prazo definido pelo Colegiado do Curso; VII- detecção de matrícula em curso de graduação em outra instituição pública de ensino superior; e VIII- solicitação pelo discente, ou seu responsável legal, através de requerimento (BRASIL, UFRB, 2012, p. 27). Impedindo o mesmo de inscrição ou recebimento de bolsas, matrícula semestral e diplomação.

A média de aprovação foi 80%, tendo em vista que depois do processo seletivo são incluídos os componentes curriculares dos discentes que ingressaram no semestre pesquisado. Em dados comparativos a aprovação dos discentes nos componentes curriculares tem sido satisfatório.

TABELA 11 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ não contemplados

Componentes Curriculares e Percentual de Aprovação					
Discente	Curso	Semestre de ingresso	Número de Componentes Curriculares Matriculado ao longo do curso (antes de participar do PPQ)	Número de Componentes Curriculares que obteve aprovação (antes de participar do PPQ)	Percentual de Aprovação
Discente A	História	2012.1	39	38	92,3%
Discente B	Artes Visuais	2013.1	31	30	96,7%
Discente C	História	2014.1	20	20	100%
Discente D	Artes Visuais	2014.1	20	19	95%
Discente E	Serviço Social	2014.1	23	23	100%
Discente F	Serviço Social	2014.2	18	18	100%
Discente G	Ciências Sociais	2015.1	10	10	100%
Discente H	Ciências Sociais	2015.1	9	9	100%
Discente I	Jornalismo	2015.1	11	10	90,9%
Discente J	Serviço Social	2015.1	12	12	100%
Discente K	História	2015.1	10	10	100%
Discente L	Museologia	2015.1	11	11	100%
Discente M	História	2015.2	5	5	100%
Discente N	História	2015.2	5	5	100%
Discente O	Serviço Social	2015.2	6	6	100%
Discente P	Serviço Social	2015.2	6	6	100%
Discente Q	Serviço Social	2015.2	6	6	100%

Discente R	História	2015.2	5	5	100%
Média de aprovação dos Candidatos não contemplados no PPQ 2016.1, antes do Processo Seletivo.					97,3%

Fonte: acervo UFRB
Elaboração: OLIVEIRA, 2018

A tabela 11 apresenta o percentual de aprovação de componentes curriculares dos alunos não contemplados no PPQ, antes do processo seletivo. 10 discentes tiveram aproveitamento de 100% nas disciplinas matriculadas. Seguido de dois alunos com uma reprovação; um discente fez dois trancamentos e um outro com um trancamento parcial, atingindo uma média de aprovação de 97,3%.

TABELA 12 – Componentes curriculares e percentual de aprovação/ não conteplados

Componentes Curriculares e Percentual de Aprovação					
Discente	Curso	Semestre de ingresso	Número de Componentes Curriculares Matriculado ao longo do curso (após participar do PPQ)	Número de Componentes Curriculares que obteve aprovação (após participar do PPQ)	Percentual de Aprovação
Discente A	História	2012.1	1	0	0%
Discente B	Artes Visuais	2013.1	2	2	100%
Discente C	História	2014.1	5	5	100%
Discente D	Artes Visuais	2014.1	6	5	83,33%
Discente E	Serviço Social	2014.1	5	4	80%
Discente F	Serviço Social	2014.2	8	6	75%
Discente G	Ciências Sociais	2015.1	5	5	100%
Discente H	Ciências Sociais	2015.1	6	6	100%
Discente I	Jornalismo	2015.1	5	5	100%
Discente J	Serviço Social	2015.1	6	6	100%
Discente K	História	2015.1	4	4	100%
Discente L	Museologia	2015.1	3	3	100%
Discente M	História	2015.2	5	4	80%
Discente N	História	2015.2	3	3	100%
Discente O	Serviço Social	2015.2	6	6	100%
Discente P	Serviço Social	2015.2	5	5	100%
Discente Q	Serviço Social	2015.2	6	6	100%
Discente R	História	2015.2	5	3	60%
Discente S	Jornalismo	2016.1	5	5	100%
Discente T	Jornalismo	2016.1	5	5	100%
Discente U	Ciências Sociais	2016.1	6	6	100%
Discente V	Museologia	2016.1	7	5	71,4%
Discente W	Ciências Sociais	2016.1	6	6	100%
Discente X	Gestão Pública	2016.1	6	6	100%
Discente Y	Ciências Sociais	2016.1	5	4	80%
Discente Z	Serviço Social	2016.1	3	3	100%
Discente AA	História	2016.1	3	1	33,33%
Discente AB	Museologia	2016.1	7	7	100%
Discente AC	Museologia	2016.1	8	6	75%
Discente AD	Jornalismo	2016.1	4	4	100%
Discente AE	Ciências Sociais	2016.1	5	5	100%

Discente AF	Ciências Sociais	2016.1	5	5	100%
Discente AG	Ciências Sociais	2016.1	5	5	100%
Discente AH	Jornalismo	2016.1	0	0	-
Discente AI	História	2017.1		5	-
Média de aprovação dos Candidatos não contemplados no PPQ 2016.1, após Processo Seletivo.					73%

Fonte: acervo UFRB

Elaboração: OLIVEIRA, 2018

Com uma média de aprovação de 73% nas disciplinas cursadas após o processo seletivo, é perceptível uma queda no desempenho de cinco alunos, comparado anterior a participação no processo seletivo. Três alunos fizeram dois trancamentos de disciplinas; dois alunos trancamento de uma disciplina; três alunos com uma reprovação; dois alunos com duas reprovações em disciplinas. Um discente que ingressou no semestre 2016.1 não possui registro de aprovação nas disciplinas em que consta matrícula no período de ingresso (2016.1). Um outro aluno ativo com ingresso em 2017.1 o que pode ter ocorrido foi ter migrado pra um outro curso, como explica Santos, Matos e Santos (2013) “a evasão, não significa a saída do sistema de ensino superior, pois muitos desistiram de um curso em detrimento de outro curso superior.” (p. 11).

Através da análise ficou perceptível a queda no rendimento acadêmico de seis alunos não contemplados com o PPQ, incluindo quatro alunos que ingressaram no semestre da pesquisa (2016.1) somando 10 alunos. Foi possível notar que parte desse grupo 23 discentes não contemplados seguem com um bom desempenho nos componentes curriculares. Na pesquisa foi identificado um caso de evasão total no semestre. Tal assertiva pode ser confirmada na tabela 12.

Já os dados comparativos dos estudantes contemplados e não contemplados identificados em situação de rendimento, permitem afirmar que os estudantes do grupo contemplados foram maiores que a dos demais não contemplados com uma diferença na aprovação 23,97%.

Os dados levantados em pesquisa documental através do histórico escolar não foram suficientes para a compreensão exata dos motivos de reprovação, e também de evasões, devido, a inexistência de informações sobre mudanças de curso, motivo real de abandono e desligamento.

Contudo, o que leva ao entendimento de que os resultados encontrados não são definitivos e também por isso devem ser revistos e analisados todo o tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, percebeu-se que na história da sociedade foi desenvolvido, de alguma forma, mecanismos de proteção social, onde tais acontecimentos ganham um espaço político com o aumento da pobreza extrema da população e das reivindicações da classe trabalhadora. Contudo, a proteção social passa a ser institucionalizada e o Estado certifica como genuínas as requalificações dos trabalhadores, encontra-se a necessidade de garantir direitos sociais com o propósito de manter a ordem vigente e da civilidade.

Ao longo do tempo as transformações passadas pela política social são perceptíveis o que era visto como favor e ajuda, vai evoluindo tornando-se um direito social com base legal como dever do Estado. Isso é possível através da Constituição Federal de 1988, permitindo universalidade dos direitos sociais norteando a organização do sistema de proteção social.

Sobe influência da hegemonia neoliberal no contexto da educação superior, foi possível compreender que o neoliberalismo não é contrário a criação e sustento das políticas sociais através do Estado. Essa compreensão equivocada do pensamento neoliberal se deve provavelmente por que as políticas sociais nascem no capitalismo de aspirações neoliberal.

Diante das discussões, percebeu-se que um dos componentes desta proteção social encontra-se à Política de Assistência Estudantil, pensada enquanto política social de permanência necessária a materialização do direito à educação superior.

Inicialmente suas conquistas foram diante do cenário político, considerada como benéfica aos estudantes que dela necessitava, mas evoluiu tornando-se um direito social, estruturada legalmente, caracterizada como dever do Estado uma vez que amplia a cidadania com garantias legais materializando como processo fundamental.

Na UFRB, a PROPAAE, desbravadora nacional no que diz respeito às ações afirmativas, carrega um papel fundamental de assegurar condições mínimas necessárias para o discente que se encontra em vulnerabilidade social, de modo, o PPQ traz ações voltadas para a permanência para concessão de auxílios para ajuda e manutenção das necessidades e bom desempenho escolar dos discentes da UFRB.

Notou-se que apesar da UFRB contar com um programa de permanência, existe evasões e aumento no número a cada ano. Isso revela que, embora os discentes que recebem tal assistência da universidade têm mais chances de concluir com sucesso a graduação, porém tal auxílio pode ser insuficiente, pois além de sustentar seus estudos, alguns desses jovens tem outras obrigações financeiras e outras limitações. Embora a universidade tenha adotado às políticas voltadas para as ações afirmativas, e a maioria dos discentes se encaixam no perfil de

alunos de baixa renda, oriundos de escola pública e negros, tal cenário revela que muitos ficam de fora do programa, não propiciando condições mínimas para a permanência e conclusão com sucesso desses estudantes.

Percebeu-se também que as políticas de assistência estudantil, conforme preconizado pelo PNAES e pela política institucional de assistência estudantil da UFRB, deve garantir as condições de permanência e desenvolvimento acadêmico de parte da população que se declara vulnerável socioeconomicamente permitindo-lhes meios, condições para realização das atividades acadêmicas. De acordo com o número de alunos participantes do processo seletivo no semestre pesquisado, identifica-se o aumento progressivo do número de escritos, uma pequena parcela adentra o programa e um grande número fica de fora. Mesmo com as limitações orçamentárias que dificultam a alocação de recursos financeiros para financiamento destas ações, deixa-se como sugestão uma possível ampliação nos recursos, para disponibilização de mais vagas para os auxílios oferecidos pela universidade.

Quanto ao grupo de estudantes não contemplados em que alguns demonstraram um baixo rendimento e que ingressaram no semestre o qual foi feita a pesquisa conclui-se que a queda no desempenho está relacionada aos alunos que ingressaram recente, são discentes no seu primeiro ano do ensino superior. É um momento de adaptação ao mundo acadêmico.

Já no que diz respeito ao desempenho dos discentes mostrados pelos índices acadêmicos e aprovação através dos componentes curriculares antes e depois do processo, o desempenho dos discentes não contemplados não está inferior ao grupo de contemplados, demonstrando que os grupos estão numa média regular ou satisfatória. Tais constatações permitem a conclusão de que a política de assistência estudantil da UFRB tem buscado cumprir os objetivos. Entretanto, as investigações sobre os impactos da falta de assistência estudantil na vida acadêmica dos estudantes não devem ser medidas unicamente pelos rendimentos acadêmicos pois pode diminuir a complexidade do tema.

Entretanto, sabe-se da necessidade de garantia de condições adequadas de desempenho acadêmico, porém, deve-se garantir condições de permanência no ensino superior. Neste quesito, apesar da evasão ser um problema complexo no ensino superior, identificou-se em apenas no grupo dos não contemplados uma evasão total do semestre. Ratifica-se de que as políticas de assistência estudantil vêm cumprindo seus objetivos, mas não anula o merecimento em mais pesquisas e avaliações para essa nova realidade.

Entende-se que os resultados encontrados não são definitivos e também por isso devem ser revistos e analisados sempre que possível dando continuidade ou mesmo utilizado por outros pesquisadores. Os resultados deste trabalho vêm colaborar para a visibilidade e legitimidade da

luta pela permanência, tendo em vista que esta última esteve mais uma vez como objeto de estudo de uma ciência social.

REFERÊNCIAS

BARDAGI, M. P. HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. *Psico – USF*, vol.14, n.1, p.95-105, jan./abr. 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLAZUS Cleber Augusto. *Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: Um estudo no curso de Ciências Contábeis*. 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

BLACKBURN, Robin. Estado, democracia e alternative socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 de dez de 2017.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19.07.2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 19 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Superior – SESu. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 152p. 1997.

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Diagnóstico preliminar sobre evasão em cursos de graduação da ufrb (2009.1-2011.2)**. Cruz das Almas- BA, 2012.

BUARQUE, C. **A refundação da universidade**. In Série Grandes Depoimentos. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Brasília: ABMES Editora, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CASTELO, Rodrigo. O Social-Liberalismo Brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 46-73.

CASTRO, A. K. D. S. S.; TEIXEIRA, M. A. P. A Evasão em um curso de Psicologia: Uma análise qualitativa. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.18, n. 2, p. 199-209, abr./jun. 2013.

CISLAGHI, J.; SILVA, M. O. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **SER Social, Brasília**, v. 14, n. 31, p. 489-512, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista de Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145-165, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, p. 42 1999.

DE MOAES ALVES, Jolinda. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA.

DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de 16 Montes Claros – Unimontes – MG. In: **Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, 7., São Paulo: Êxito Editora, 2010.

FECHINE, Ana; ROCHA, Márcia; CUNHA, Thanúsia. O Neoliberalismo e a formatação das políticas sociais: desafios contemporâneos. *Socializando*, ano 1, n 2, p. 50-63, Dez. 2014.

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. *O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil*. Unesco, 2006. Disponível em: www.iesalc.unesco.org/ve/programas/Deserción/Informe. Acesso em 20/12/2017

GOMES, A. A. Considerações sobre evasão escolar no ensino superior. **Revista Nuances: estudos sobre educação**, v.6, n.6, p. 90-106, 2000.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IASI, Mauro Luis. O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada. In: **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 45-72.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 13 fev.2018.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira; NASCIMENTO, Cláudio Orlando. A „*condição de estudante*“ e a experiência de acesso e permanência qualificada na universidade federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. In: **POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais** n. 33. Outubro de 2010 - p. 117-129.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. Tese de doutoramento - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LAVINAS, L. Transferências de Renda: o "quase tudo" do sistema de proteção social brasileiro. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2006, Salvador. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia - ANPEC. São Paulo, 2006b.

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo (Minas Gerais), 2007.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. *Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na Universidade do extremo sul catarinense*. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. sobre a controvertida identificação da política social com o Welfare State. In: _____; **Política social: temas e questões**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. I. p. 23-28.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. 2000. 179 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PRESTES, Livia. *O neoliberalismo e a política de assistência estudantil no processo de contrarreforma na educação superior pública brasileira*. 2014. 84f. trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RISTOFF, D. 1995. Evasão: exclusão ou mobilidade. Santa Catarina, UFSC. (mimeo).

RODRIGUEZ, Alexandre. Fatores de Permanência e Evasão de Estudantes do Ensino Superior Privado Brasileiro. Caderno de Administração. São Paulo: Revista da Faculdade de Administração da FEA. V.5. N. 1 (2011). Pg. 1-20.

SANTOS-BAGGI, C. A. D; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (Campinhas)**, Sorocaba, v.16, n. 2, jul 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772011000200007&script=sci_arttext>. Acesso em 13 fev. 2018.

SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O Ensino Superior não Universitário no Brasil: A Reforma para o Mercado. In: JIMENEZ, Susana;

RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Orgs). **Marxismo, Educação e Luta de Classes: Pressupostos Ontológicos e Desdobramentos Ídeo-Políticos**. Fortaleza: UECE, 2010, p.107-129.

SANTOS, Janete dos. MATOS, Aline Pereira da Silva. SANTOS, Gilvan Silva dos Santos. **Evasão na Educação Superior: um estudo preliminar na UFRB. XIII Colóquio de Gestão Universitária em América**. Nov.2013, p.01-12. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

TCU. Acórdão no 506. 2013. Auditoria operacional. Fiscalização de orientação centralizada. Rede federal de educação profissional. 2013. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Pró -Reitoria De Políticas Afirmativas E Assuntos Estudantis-PROPAAE**. Disponível em: www.ufrb.edu.br/propaae/index.php. Acesso em: 01 de março de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Relatório Parcial do II Ciclo Avaliativo 2012-2014 / Comissão Própria de Avaliação – CPA / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB**. Cruz das Almas – BA: UFRB. Disponível em (endereço eletrônico da UFRB).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB 5 Anos: Caminhos, Histórias e Memórias**. Cruz das Almas, 2010.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, 2010.

VELOSO, T. C. M. A.; A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2 – um processo de exclusão. Cuiabá: UFMT, 2000, p. 14.

VIEIRA, Monique Soares; GROSSI, Patrícia Krieger; GASPAROTTO, Geovana Prante. O Ideário Neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas, 2014, Brasil.**, 2014.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação. V. 11, n.32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 25 de jan de 2018.